

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

GABRIELA RAMOS BRITO

**AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO SOCIALISTA PARA A CONSTRUÇÃO
DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

**CAMPINAS/SP
2020**

GABRIELA RAMOS BRITO

**AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO SOCIALISTA PARA A CONSTRUÇÃO
DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Monografia produzida como Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, pela Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientado pela Prof. Dra. Martha Coelho de Souza

**CAMPINAS/SP
2020**

GABRIELA RAMOS BRITO

**AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO SOCIALISTA PARA A CONSTRUÇÃO
DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Monografia produzida como Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, pela Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Campinas, SP, 14 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Martha Coelho de Souza
Orientadora e Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof. Dra. Fabiana Aparecida de Carvalho
Avaliadora convidada e Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Arlete Silva
Assistente Social em Exercício

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a todas e todos os assistentes sociais que bravamente resistiram às autocracias militares, burocracias, temores, intimidações e assédios e que ainda assim, reconstruíram todos os valores éticos desta profissão. Que foram desafiados pela dificuldade do acesso à ciência em um país dependente e constantemente esmagado pelo peso do imperialismo, mas que ainda assim aceitaram o árduo trabalho de aprender novos métodos, paradigmas e leituras desta sociedade. Agradeço a todos vocês, que todos os dias fazem a escolha consciente de defender uma nova ordem societária, ainda que isso signifique a iminência de riscos, conflitos e exaustão. Este trabalho como um todo é um sincero agradecimento a todas aquelas que vieram antes de mim e fizeram do Serviço Social Brasileiro uma profissão de resistência.

Também agradeço meus camaradas da União da Juventude Comunista e do Partido Comunista Brasileiro. Não teria profundidade teórica suficiente para a construção deste trabalho sem os intensos debates, formações e camaradagem de vocês. Agradeço a todos os quadros do Partido, que mesmo em tempos de turbulência, ainda acreditam que outro mundo é possível e possuem a disciplina e bravura suficiente para seguir em papel de vanguarda. Também homenageio todos os comunistas e trabalhadores que pereceram em meio à luta: resistimos em seus nomes.

Aos companheiros de luta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS, que assim como eu, aceitaram este desafio em defender o ensino e pesquisa do Serviço Social em uma conjuntura descomunal e inédita. Foi inspirador estar junto de vocês durante esses dois anos de gestão, e o aprendizado que obtive é imensurável. Também agradeço aos companheiros da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, ENESSO, que enxergam e propagam o movimento estudantil e toda sua potência transformadora.

Agradeço à minha família, amigos e companheira, que acompanharam e acalentaram o processo de formação, especialmente neste último ano de graduação. O afeto e paciência são tão importantes quanto à rebeldia e a disciplina e é sempre um bálsamo saber que há um lar para se retornar.

Por fim, agradeço minha orientadora, que com paciência e vivacidade muito contribuiu para novas perspectivas acerca do que aqui se apresenta. Tivemos importantes debates políticos e sempre foi muito rica e extasiante a experiência de se ouvir relatos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais diretamente de quem o vivenciou.

Fazer a revolução para transformar a sociedade antiga em uma nova sociedade é uma obra gloriosa, mas é também tarefa pesada, uma luta extremamente complexa, longa e árdua. É preciso ser forte para poder levar grandes cargas e ir longe. Somente tendo a moralidade revolucionária como fundamento é que o revolucionário pode cumprir sua tarefa de maneira honrosa.

Ho Chi Minh

RESUMO

A presente monografia busca apresentar e analisar como o Movimento Internacional Socialista, como vanguarda revolucionária e propagador do Socialismo, contribuiu para a introdução do marxismo e a práxis revolucionária no Brasil e em como esses elementos impactaram a formação e consolidação do que se intitula ‘Intenção de Ruptura’ do Serviço Social Brasileiro com a ordem societária vigente. Também é objeto de análise deste trabalho o novo *ethos* profissional, coletivamente construído no âmago do Serviço Social, que culminou na negação dos paradigmas éticos profissionais tradicionais e conservadores, cuja concretização e legitimação pode ser observado através do Código de Ética do Assistente Social de 1993. Por fim, por intermédio de pesquisa de campo, também se objetiva analisar qual a afinidade e apropriação dos assistentes sociais em exercício com o projeto profissional pautado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-Chave: Projeto Ético-Político. Serviço Social Brasileiro. Serviço Social Crítico. Movimento de Reconceituação. Código de Ética do Assistente Social de 1993.

ABSTRACT

The following work is intended to present and analyze the relevance of the International Socialist Movement, as the revolutionary vanguard and spreading vector of the Socialism, to the introduction of marxism and revolutionary praxis in Brazil and how these elements affected the formation and consolidation of what is known as 'Breakthrough Intention' of Brazilian Social Work with the current social order. In this work is also analyzed the new professional *ethos*, collectively built among Social Workers, which culminated in the denial of the traditional ethics standings, and its legitimation can be seen in the 1993 Social Workers' Ethics Code. At last, through the field survey, is also intended to analyze Social Workers in exercise affinity and appropriation of the professional project defended by the Social Work Ethical-Politic Project.

Keywords: Ethical-Politic Project. Brazilian Social Work. Critical Social Work. Reconceptualization of Social Work. Social Workers' Ethics Code of 1993.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A CONSTRUÇÃO DOS NOVOS PARADIGMAS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	14
2.1 O Movimento Internacional Comunista e a América Latina na Segunda Metade do Século XX.....	14
2.2. A intenção de ruptura do Serviço Social Brasileiro com a Ordem Societária Capitalista.....	17
2.2.1 Ethos Tradicional X Ethos Militante.....	20
2.2.2. Os novos Paradigmas Éticos do Serviço Social Brasileiro	22
3. A COMPREENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DOS VALORES PROFISSIONAIS PÓS-RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
ANEXOS.....	54
ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	54
ANEXO B: Roteiro das Entrevistas Semi-Abertas.....	55

1. INTRODUÇÃO

Compreender o posicionamento profissional do Serviço Social na contemporaneidade implica no estudo da transformação dos valores éticos da profissão, conjuntamente com a compreensão do processo de construção do novo projeto profissional. Invariavelmente, deve-se analisar quais elementos históricos estiveram presentes e corroboraram para que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, responsável por abandonar os paradigmas éticos tradicionais e propor uma leitura social a partir da teoria social crítica, fundamentada pelo método marxista assumisse a proporção e relevância que teve, em sua gênese, e tem até os dias atuais.

Apontando e comparando as similaridades entre os valores éticos e políticos do Serviço Social brasileiro pós-reconceituação com os valores propagados pelo Movimento Socialista, como principal propagador da teoria e práxis socialista, este trabalho tem como finalidade questionar: quais as contribuições do Movimento Socialista para a formulação do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro?

Busca-se centralizar, investigar e desmistificar como o movimento revolucionário socialista, a partir de sua estratégia anticapitalista e anti-imperialista, contribuiu para a negação dos valores tradicionais, conservadores e eclesiásticos para o Serviço Social Brasileiro. Também se estuda acerca do compromisso profissional inédito que emerge na categoria pós-reconceituação: a formulação de novos valores éticos que negam a atual ordem societária capitalista e buscam transformá-la. Este trabalho também objetiva perquirir: a realização de aproximações às produções científicas e bibliográficas do Serviço Social crítico, comparando os valores predominantes das produções pós-Movimento de Reconceituação aos valores do Movimento Socialista, analisando a similaridade entre os dois *ethos*; e compreender o processo histórico de disputa ideológica da profissão como ferramenta de domínio de classe, analisando a continuidade e acirramento das expressões reacionárias no interior do Serviço Social Brasileiro, que disputam a formulação histórica dos posicionamentos éticos da categoria e ilustram a disputa no âmago da profissão.

De antemão, estabeleceu-se duas principais hipóteses como possíveis resoluções da pergunta central desta pesquisa: 1) O corpo profissional, massa crítica e corpo discente do Serviço Social Brasileiro, ao compreenderem a desigualdade social como consequência de um processo histórico inerente à ordem capitalista, realizam uma leitura marxista e materialista da sociedade. Por sua vez, tal leitura, integra a ideologia socialista, amplamente propagandeada pelo Movimento Socialista; e 2) O Serviço Social Brasileiro, ao buscar a fundamentação teórica

e prática para a construção de um novo projeto profissional, foi influenciado pelos acúmulos marxistas para a compreensão da economia política e ética como eixos centrais de análise e justificativa da intervenção profissional. O processo revolucionário internacionalista que concretizou o socialismo como alternativa societária atingiu seu clímax no século XX, ilustra a práxis revolucionária e contribui para a sua disseminação em escala global, alcançando o terceiro mundo em período de disputa da Guerra Fria, especialmente após a Revolução Cubana. Tal influência se materializou, inicialmente, no Método BH, documento embrionário de ruptura com o Serviço Social tradicional e avançou, ao longo do Movimento de Reconceituação, dentro da categoria e suas produções científicas.

O Serviço Social Brasileiro, desde a gênese do Movimento de Reconceituação tem construído e consolidado um novo projeto profissional, justificando e contextualizando a intervenção profissional, a partir de intenção de ruptura com a ordem vigente. Os valores éticos (*ethos*) da profissão são sistematizados e afirmados hegemonicamente no Código de Ética Profissional (1993) e balizam o infundável ‘Projeto Ético-Político’ do Serviço Social Brasileiro.

O Código de Ética do Assistente Social de 1993, ao reconhecer como um de seus princípios fundamentais a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 2011), consolida e legitima o projeto profissional representado pelo ‘Projeto Ético-Político’, assim como suas bases ético-políticas. A reformulação do projeto profissional do Serviço Social, assim como seus valores de defesa e compreensão da categoria como classe trabalhadora, foi intitulada coloquialmente como ‘a virada’, sendo marco temporal o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979.

O novo projeto profissional do Serviço Social ‘pós-virada’ embute os valores construídos pela profissão a partir de ampla discussão ética-política e teórica-metodológica, que marcam a compreensão da divisão classista da sociedade capitalista, assim como a expropriação do trabalho pelo capital e a reprodução capitalista nas relações sociais. O novo projeto profissional, posteriormente compreendido como ‘Projeto Ético-Político’, foi concebido dialeticamente, através da trajetória histórica da profissão em compreender-se como classe trabalhadora ao mesmo tempo em que o movimento de organização dos trabalhadores ganhava maior força e se reorganizava para resistência à brutal autocracia burguesa em vigência no Brasil. Sobre o projeto profissional do Serviço Social, afirmou-se:

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente (grifos da autora), como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a

autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. (NETTO, 2007, p. 15)

Netto, ao abordar a liberdade como valor central do projeto profissional do Serviço Social, explícita que a liberdade é *possibilidade de escolha concreta* (NETTO, 2007, p. 15), o que indubitavelmente nos direciona a contradição fundante da sociedade capitalista, que essencialmente impossibilita a concretização da liberdade para todos os seres humanos: o trabalho, ontológico ao ser social, *versus* a espoliação e alienação do trabalho, gera uma contradição responsável pela submissão ao processo de produção e intrínseca à ordem do Capital. Portanto, afirmar que o núcleo do projeto profissional do serviço social é a liberdade (possibilidade de escolha concreta), necessariamente implica na construção de uma sociedade que efetive e garanta que as possibilidades de escolha sejam concretamente alcançadas. Consequentemente, nega-se a sociabilidade, ideologia, democracia e moralidade burguesa, vez que a finalidade da intervenção profissional é distinta dos interesses capitalistas ao defender radicalmente a classe trabalhadora.

A inconformidade com o *ethos* conservador do Serviço Social oriunda de múltiplas influências, devido à conjuntura do final da década de 1960: o anseio por uma teoria que guiasse a prática profissional, demandando pelo próprio corpo profissional e reiterado pelo movimento estudantil e docentes presentes nas universidades brasileiras graças à proximidade e acesso às teorias sociais capazes de responder questões históricas acerca da pauperização e desigualdade intervindas pelo Serviço Social. Não se deve esquecer de mencionar o papel importantíssimo de aproximação dos quadros do Serviço Social junto das juventudes cristãs propagadoras da Teologia da Libertação e o movimento revolucionário emergente na América Latina, encabeçado por Cuba (NETTO, 2011 e BARROCO, 2005).

No entanto, são os socialistas e a prática revolucionária guiada pela teoria marxista que propõem um projeto de sociedade que o Serviço Social brasileiro pós-reconceituação teria consonância. A crítica ao Estado burguês, hegemonia cultural do capital, espoliação da classe trabalhadora daquilo que lhe é ontológico - o trabalho -, assim como sua alienação e todos os pontos que posteriormente iriam fundamentar o Projeto Ético-Político, são oriundos da teoria social marxista que possivelmente não alcançariam o Brasil senão pela práxis revolucionária do Movimento Socialista.

Por fim, reforça-se: esta monografia tem como objetivo estudar como o Movimento Socialista, disseminado pela agitação e propaganda, solidariedade internacionalista, luta anticolonial e anti-imperialista, contribuiu para a construção dos valores éticos que constituem

a intenção de ruptura do Serviço Social Brasileiro com a ordem capitalista. Não se busca alegar que o ‘Projeto Ético-Político’ do Serviço Social contemporâneo tem como objetivo a construção de uma sociedade socialista, e nem mesmo afirmar que o referido projeto foi balizado por militantes socialistas. Sua finalidade é olhar para a construção da ética profissional afirmada pelo Código de Ética Profissional de 1993 em comparação ao *ethos* revolucionário do Movimento Socialista, que nega a ordem capitalista, anseia sua derrocada e, de quebra, propõe a construção de uma nova ordem societária, desta vez pautada na sociabilidade socialista. Também se analisa até que ponto o citado *ethos* revolucionário molda de fato os valores éticos da profissão, considerando o papel da disputa ideológica para uma profissão que exerce controle social, podendo este ser tanto do Estado burguês para com seus cidadãos, legitimando a opressão estatal e os interesses da classe dominante, quanto dos seus cidadãos para com o Estado burguês, enfatizando a luta coletiva por sua libertação e fortalecimento da classe subalterna.

A pesquisa aqui desenvolvida, assim como os posicionamentos compartilhados, utiliza como método para análise e síntese o materialismo histórico-dialético. O método, desenvolvido no século XIX por Marx e Engels é sintetizado da seguinte forma por Stalin (1938):

Chama-se materialismo dialético, porque o seu modo de abordar os fenômenos da natureza, seu método de estudar esses fenômenos e de concebê-los, é dialético, e sua interpretação dos fenômenos da natureza, seu modo de focalizá-los, sua teoria, é materialista.

O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história. (STALIN, 1938)

A presente monografia apresenta resultados de pesquisa de natureza qualitativa, sendo a pesquisa bibliográfica o principal método de captação de informações para a fundamentação deste trabalho. Compreende-se a pesquisa bibliográfica como aquela que é realizada em livros, teses e outros documentos já publicados anteriormente, utilizando de dados e categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores para realização de estudo analítico das informações já coletadas (SEVERINO, 2007, p. 122).

A partir da pesquisa das bibliografias de autores selecionados do Serviço Social Brasileiro, busca-se analisar as influências do movimento revolucionário na literatura que ancora a formação de novos assistentes sociais, assim como a prática profissional da categoria.

Por fim, por intermédio de entrevista (aberta), questionou-se quatro assistentes sociais acerca de quais suas perspectivas acerca da questão central deste trabalho, de modo que se pode

investigar qual sua apreensão acerca do projeto profissional que ancora a prática e intervenção profissional.

A entrevista semi-aberta, que está relacionada com um dos objetivos deste trabalho é:

[...] essencialmente exploratória e flexível, não havendo sequência pré-determinada de questões ou parâmetros de respostas. Tem como ponto de partida um tema ou questão ampla e flui livremente, sendo aprofundada em determinado rumo de acordo com aspectos significativos identificados pelo entrevistador enquanto o entrevistado define a resposta segundo seus próprios termos, utilizando como referência seu conhecimento, percepção, linguagem, realidade e experiência. Desta maneira, a resposta a uma questão origina a pergunta seguinte e uma entrevista ajuda a direcionar a subsequente (DUARTE, 2006, p. 65).

Por fim, o presente trabalho é composto por dois principais capítulos: referencial teórico, no qual são apresentadas revisões bibliográficas relevantes ao tema perquirido; e a pesquisa de campo, responsável por dialogar e analisar junto dos assistentes sociais entrevistados acerca de sua apreensão sobre o projeto profissional defendido em seu cotidiano de trabalho.

2. A CONSTRUÇÃO DOS NOVOS PARADIGMAS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

2.1 O Movimento Internacional Comunista e a América Latina na segunda metade do século XX

O Serviço Social latino americano, desde a introdução da profissão no continente, atravessou por diversas modificações metodológicas e éticas para que a intervenção social realizada pelos assistentes sociais fosse justificada. Essa revisão e transformação de paradigmas se fez necessária após as transformações das leituras da sociedade capitalista por parte dos quadros do Serviço Social. Resguardando as especificidades sócio históricas de cada país, o que se pode observar como elemento comum é a introdução da profissão como mecanismo estatal de controle social de famílias e indivíduos em situação de pauperização, garantindo condições mínimas de sobrevivência e redução das possibilidades de rebeldia.

Entretanto, o que também devemos comparar, se tratando da América Latina, é a similaridade do processo de colonização dos países latino-americanos a partir do século XVI e posterior foco de interesse do imperialismo no continente.

Batistoni (2017 p. 137), ressalta a necessidade de se compreender os elementos gerais da Reconceituação Latino-Americana antes mesmo de se aprofundar no movimento embrionário da reconceituação brasileira, intitulada de Método BH, nascido na Escola de Serviço Social, da Universidade Católica de Minas Gerais. A autora evidencia a relevância das lutas sociais latino-americanas para o Serviço Social:

Para melhor expor os pressupostos e caminhos na apreensão do projeto de escola mineira, faz-se necessário retomar alguns traços e elementos gerais da Reconceituação Latino-Americana. Como se sabe, este movimento foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente a partir da experiência cubana de 1959, que pôs na agenda a perspectiva da revolução socialista e, no contexto geopolítico da Guerra Fria, ampliou o financiamento da contrarrevolução pelo imperialismo. Esses processos foram tensionados por lutas e movimentos sociais com refrações diretas nos Estados nacionais, nas Ciências Sociais, na Igreja Católica, nos movimentos sociais (em especial o estudantil), na política e na cultura. Esta conjuntura de efervescência social inscreve-se num período histórico de grande destaque mundial, demarcando a expansão e a crise estrutural do capital, com consequências e medidas de ajustes econômicos e sociais para a América Latina (BATISTONI, 2017, p. 137).

A revolução cubana marca uma nova possibilidade para os povos latino-americanos: a de resistência e luta anti-imperialista para a libertação dos povos. Essa nova possibilidade, por

sua vez marca a introdução do marxismo leninismo no continente, assim como o anseio pela sua adaptação às diferentes realidades sócio históricas do continente:

Em primeiro lugar, Marighella destaca que a guerrilha havia assumido, nos anos 1960, uma nova dimensão: a de papel estratégico decisivo na libertação dos povos. Isso porque, até então, as experiências das revoluções socialistas haviam sido caracterizadas pela transformação da guerra anti-imperialista mundial em guerra civil pela tomada do poder, apoiadas no triunfo da revolução de outubro na Rússia. A revolução cubana, por sua vez, trouxera ao marxismo-leninismo um novo conceito: “o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil”. Nesse sentido, a contribuição teórica e prática de Cuba ao marxismo teria elevado a guerrilha a um ponto inteiramente novo, “colocando-a na ordem do dia por toda parte, em especial na América Latina” (SALES, 2009, p. 208).

Ainda sobre a influência do processo revolucionário cubano no continente americano, Barroco (2005, p. 169) aponta que o ‘humanismo socialista’ de Che Guevara, herança das lutas anti-imperialistas dos povos latino-americanos, da leitura de Marx e da influência de Lênin; da crença da possibilidade de um novo homem e uma nova moral, também influenciam a juventude. Esta concepção de política leninista disseminada por Guevara e a herança cubana, alcança a América Latina, fomentando uma diferente leitura da formação sócio histórica, deixando de lado a tradicional historiografia e possibilitando uma ótica libertadora, de anseio anti-imperialista e anticapitalista.

Sabidamente, a história do movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro se vê atravessado por dois diferentes vetores, em direções opostas na história da luta de classes na América Latina: de um lado, na direção da busca pela libertação do continente das amarras e heranças coloniais e imperialistas, encontravam-se as mobilizações progressistas e classistas; enquanto em oposição, em reflexo do o projeto de sociedade dominante, instituiu-se a Autocracia Militar, a partir do Golpe de Abril de 1964, um obstáculo *importado*, imposto como tentativa de barragem das influências socialistas no Brasil. Netto (1992 p. 109) aponta que o crescimento orgânico da tradição marxista, em processo gradual de consolidação desde a década de 1950, fora liquidado pela autocracia burguesa, afetando diretamente a apreensão da formação social brasileira, assim como a própria tradição marxista. Como consequências deste processo, Netto afirma:

Não pode restar qualquer dúvida quanto a isso: nesse terreno, o papel desempenhado pela ditadura teve profundas consequências. Evidentemente, não lhe foi possível extirpar da cultura brasileira o rebatimento das matrizes do pensamento socialista revolucionário; mas ao interromper a dialética que vinha se operando, entre interlocutores diferenciados, para a constituição de uma tradição marxista no país, a ditadura obteve um tento dos mais importantes- não só travou, por ponderável lapso temporal esta constituição como, ainda, introduziu no seu andamento complicadores cuja resolução demandará esforços de longo fôlego e a conjunção de inúmeras

circunstâncias favoráveis, que não parecem resultantes do acaso. A recuperação, em novo patamar e sobre novas bases, do acúmulo crítico, que se processa às vésperas de abril e se adensou até 1968-1969 é, efetivamente, um desafio para o conjunto dos vetores democráticos e progressistas que atuam no “mundo da cultura” e fora dele (NETTO, 1992, p. 109).

Ruy Mauro Marini, em 1966, já apontava os diversos vetores existentes na contrarrevolução capitalista travestida de Autocracia Burguesa, que culminou no Golpe de Abril de 1964, como escape da organização das massas brasileiras:

A ditadura militar aparece assim como a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas de desenvolvimento. Seu aspecto mais evidente tem sido a contenção pela repressão do movimento reivindicativo das massas. Intervindo nos sindicatos e demais órgãos da classe, dissolvendo os agrupamentos políticos de esquerda, amordaçando a imprensa, prendendo operários e camponeses, promulgando uma lei de greve, que impede o exercício do direito de trabalho, a ditadura tentou promover, pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Baixaram-se normas fixando-se limites para os reajustes salariais e regulamentando rigidamente as negociações coletivas entre os sindicatos e empresários, que acarretaram uma redução sensível do valor real dos salários (MARINI, 1985, p.33).

Em continuidade, Marini aponta que as limitações do sistema capitalista não permitem sua superação através de movimentos internos e reformistas para esta ordem. Para o autor, a resistência ao imperialismo no Brasil só é possível através da profunda radicalização da classe operária, exercendo a política através do socialismo, e apontando as reais preocupações do desenvolvimento através dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Adiante, Marini aponta que apesar dos olhares céticos e enviesados dos que duvidam da maturidade da classe operária, o próprio pacto burguesia/oligárquica acentuou a contradição de classe, dando ao proletariado brasileiro sustância para seu fortalecimento:

Aos que negam à classe operária do Brasil a maturidade necessária para isso, a análise da dialética do desenvolvimento capitalista no país oferece rotunda resposta. Têm sido, com efeito, as massas trabalhadoras que, com seu movimento próprio e independente das palavras de ordem reformistas que recebiam de suas direções, fizeram ruir as articulações do sistema e determinaram seus limites. Levando adiante suas reivindicações econômicas, que repercutiram nos custos de produção industrial, e atraindo-se a solidariedade das classes exploradas num vasto movimento político, o proletariado agudizou a contradição surgida entre a burguesia e a oligarquia latifundiária-mercantil e impediu à primeira o recurso às inversões estrangeiras, forçando-a a buscar o caminho do desenvolvimento autônomo. Se ao final, a política burguesa não conduziu senão para a capitulação e, mais que isso, para a reação, foi porque na verdade já não existe para a burguesia a possibilidade de conduzir a sociedade brasileira para formas superiores de organização e de progresso material (MARINI, 1985, p. 33).

Marini, em obra posterior (1978) afirma que a contrarrevolução latino-americana como resposta em forma de Autocracias militares e suas particulares características (importação da estratégia norte-americana [estadunidense] de intervenção, transformação da burguesia para

características mescladas com a burguesia imperialista, ruptura com os governos populistas em voga até então e anseio pela desmobilização das massas populares, pela burguesia nacional) só se concretizaram desta forma pela incapacidade da burguesia monopolista em atrair setores significativos do movimento popular, e até mesmo pequeno-burguesas, para a defesa de seus próprios interesses, façanha conquistada pelos regimes fascistas europeus da primeira metade do século XX. Desta forma, com frágil mobilização, se fez necessária a tomada do aparelho de Estado para concretizar as possibilidades ansiadas pela burguesia nacional, que aspirava ascender ao panteão da burguesia monopolista imperialista.

Netto (1992, p. 104), elucida que o campo notoriamente conhecido como *esquerda* teve papel importante para a compreensão da realidade sócio histórica brasileira, ainda mais no que se refere ao reconhecimento do agravamento das contradições econômico-sociais agravadas pelo regime autocrático militar. No entanto, o autor elucida que muitos atores compunham o que ele aponta como ‘Inspiração de Esquerda’ demandando assim, certa atenção para analisar-se as diferentes leituras sociais produzidas até então: sociais-democratas, socialistas revolucionários, utopistas-românticos e anarquistas.

Em conclusão, mais adiante, Netto (1992, p.111), afirma que a autocracia burguesa desferiu um importante golpe, porém incapaz da exterminação do que se compreende como ‘Cultura de Esquerda Brasileira’. Para ele, a inspiração marxista se revela como essencial para esta cultura e práxis contra hegemônica, apesar de não ser o único elemento deste campo. Netto conclui, que apesar de ser instituída com a finalidade de extingui-la, ao gestar possibilidades objetivas e concretas do povo brasileiro, inerentes à ordem do capital e de origens históricas, sociais, econômicas e políticas, acabou-se por criar um contraste em que a tradição marxista, que inicialmente almejava-se extinguir, fortaleceu-se como alternativa.

2.2. A intenção de ruptura do Serviço Social Brasileiro com a ordem societária Capitalista

Ao discutir a intitulada ‘Intenção de Ruptura do Serviço Social Brasileiro com a ordem societária vigente’ (NETTO, 2011), indubitavelmente deve-se debater sobre quais são os valores éticos que fortalecem e amparam o capitalismo monopolista, negado pelo corpo profissional, e quais os valores éticos que são julgados necessários para a criação de uma ordem societária que seja condizente com os anseios coletivos, pautados na emancipação coletiva e humana.

A ética deve ser compreendida, dentro da análise profissional do Serviço Social, como o modo de ser (*ethos*), moldada de acordo com a consciência moral e ideológica, fruto das ações

profissionais coletivas e individuais e executada a partir da compreensão dos objetivos e finalidades da intervenção profissional (BARROCO, 2005, p. 88).

Marx e Engels (2007, p. 93), em *A Ideologia Alemã*, ao abordarem os princípios que constituem o que se debate como *ideologia*, ressaltam que nada mais são que as expressões *ideais* da representação do modo de vida - ou sociabilidade- da classe dominante:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Lênin, apesar de não ter acessado a definição de Marx e Engels de ideologia, vez que *A Ideologia Alemã* se tornou disponível ao público pela primeira vez somente em 1932, após publicação do *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, nos ajuda a pensar que até o presente momento, a humanidade produziu apenas uma outra ordem societária capaz de antagonizar o capitalismo: o socialismo. A ideologia burguesa, isto é, que deturpa os próprios ideais burgueses para concretização de seus valores na sociedade em que ela é a classe dominante, historicamente não foi antagonizada por nenhuma outra alternativa societária senão a encabeçada pelo movimento socialista, responsável por apreender e disseminar suas limitações e degenerações:

Uma vez que nem sequer se pode falar de uma ideologia independente elaborada pelas próprias massas operárias no decurso do seu movimento, o problema põe-se unicamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio termo (porque a humanidade não elaborou nenhuma terceira ideologia: além disso, em geral, na sociedade dilacerada pelas contradições de classe, não pode nunca existir uma ideologia à margem das classes ou acima das classes). Por isso, tudo o que seja rebaixar a ideologia socialista, tudo o que seja afastar-se dela significa fortalecer a ideologia burguesa. Fala-se de espontaneidade. Mas o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente para a sua subordinação à ideologia burguesa (...) (LÊNIN, 2006, p.26).

Iamamoto e Carvalho reforçam o papel que o Serviço Social pode exercer para a conservação do *status quo* opressor e segregacionista da ordem capitalista, não sendo, portanto, a protagonismo da defesa dos interesses da classe trabalhadora um elemento existente desde a gênese da profissão:

O serviço social é considerado, portanto, como um instrumento auxiliar e subsidiário, ao lado de outros de maior eficácia política e mais ampla abrangência, na concretização desses requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 105).

A trajetória histórica da profissão é atravessada pela disputa ideológica pela justificativa da intervenção profissional nas camadas afligidas pela ‘questão social’, objeto de intervenção do assistente social. Inclusive, a própria conceituação de ‘questão social’ é passível de tal disputa, como é enfatizado por Silva (2010, p. 32):

A expressão “questão social” (*apud* NETTO, 2001, p. 42), de origem recente (cerca de 170 anos), começou a ser utilizada próximo da terceira década do século XIX, sendo divulgada até a metade do mesmo século por pensadores críticos e filantropos de diferentes segmentos sociais e espectros políticos. Ela serviu para sintetizar um acontecimento histórico visível na Europa Ocidental desse mesmo período, já sob a influência da primeira expansão industrial iniciada na Inglaterra no último quarto do século XVIII: o pauperismo. A terminologia, no entanto, deslocou-se dessa orientação original já na segunda metade do século XIX, sendo capturada pelo pensamento conservador (perdendo sua estrutura histórica e naturalizando-se) na emergência de defender a ordem burguesa após as tempestades revolucionárias de 1848 (SILVA, 2010, p. 32).

Iamamoto e Carvalho, em 1982, ao reconceituarem a ‘questão social’ como “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária”, ressignificam o conservadorismo que envolvia o conceito anteriormente:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 77).

Netto endossa que a eventual derrota do capital e supressão da miséria material, serão responsáveis pela superação da ‘questão social’ (NETTO, 2001, p. 49). Esta superação não significa a resposta de todos os embates filosóficos dos homens ou a extinção da vulnerabilidade, em toda sua complexidade, mas que a cooperação mútua será requisitada e desenvolvida, substituindo o individualismo vigente na ordem do capital.

Assim, a intenção de ruptura do Serviço Social com a ordem societária vigente emerge a partir do apontamento dos limites da ordem capitalista, juntamente da proposição para sua superação. Ressalta-se ainda o entendimento e a apropriação, como processo histórico da categoria, em torno do Serviço Social como intervencionista nas relações de reprodução social e emergente das relações capitalistas, é parte fundamental para a superação das contradições existentes desde a gênese da profissão.

2.2.1 Ethos Tradicional X Ethos Militante

A inserção do Serviço Social no Brasil se dá a partir de grupos específicos da classe dominante, mediados pela Igreja Católica, com valores morais igualmente específicos, moldados pela ideologia dominante. A intervenção social, por parte desses grupos, não deixa de ser guiada por estes valores morais. Iamamoto e Carvalho (1982, p. 129) apontam a imposição da profissão em sua gênese no Brasil, vez que é implantada e legitimada pelas classes dominantes para intervenção nas classes subalternas. Os autores reforçam a oposição das demandas do proletariado materializadas nas Leis Sociais (reconhecimento da cidadania social) com a imposição do Serviço Social no período.

Barroco (2005, p. 92) enfatiza a presença do conservadorismo moral no contexto de origem do Serviço Social (em meados da década de 1930), a partir da apresentação de elementos conjunturais de seu contexto de implementação: a formação profissional, como um projeto social da Igreja católica na cultura brasileira, marcado pela influência positivista. Assim, a vivência cotidiana passa a ser orientada por pressupostos valorativos que tendem a reproduzir a alienação moral, conforme já assinalado: repetição acrítica de valores, assimilação rígida de preceitos e modos de comportamento, pensamento ultra generalizador, preconceito, conformismo, discriminação, considerando a falta de aceitação do que se adequa como os padrões de comportamento estereotipados como corretos. Tais elementos, apesar de insignificantes modificações, perduram até a exposição de suas limitações pelos próprios assistentes sociais, massa crítica e estudantes, a partir da segunda metade da década de 1960.

No entanto, ainda que a religião tenha no passado tido grande contribuição para a formação do Serviço Social como uma profissão de controle das famílias e comunidades trabalhadoras¹, o processo de construção dos novos paradigmas éticos da profissão acompanhou a renovação católica representada pela Teologia da Libertação (ou ‘Cristianismo da Libertação’, como propõe Löwy, por considerar que sua influência foi mais abrangente do que no âmbito da teologia e a igreja católica, vez que constituiu um movimento sociocultural abrangente da cultura religiosa junto da rede social para a disseminação da fé através de uma nova prática [2016, p. 75]). Silva (2006, p.33) também traz novas contribuições para o debate sobre as

¹ Ainda que o Serviço Social defenda o ‘Projeto Ético-Político’ como direcionamentos éticos hegemônicos para o corpo profissional, reconhece-se que este não é heterogêneo e, especialmente na conjuntura de grande ofensiva reacionária vivida nos últimos vinte anos, observa-se a formação de grupos disputantes e propositivos de um *ethos* conservador bastante semelhante com o já superado pelo corpo profissional. Ver: NETTO, 2001, p. 5.

influências e elementos que corroboraram para a construção da Teologia da Libertação, sistematizando a influência do movimento socialista, assim como o movimento revolucionário:

A revolução estava, portanto, na ordem do dia na Igreja Latina. Autores como Gutierrez, considerado um dos precursores da Teologia da Libertação, e Camilo Torres - este tornando-se guerrilheiro efetivamente - defenderam abertamente a *revolução* como a única saída possível aos impasses econômicos, sociais e políticos no continente. A única forma de se abolir a gigantesca estrutura de *exploração do povo* seria através das armas. Gutierrez escreveu:

“Só uma quebra radical do presente estado de coisas, uma transformação profunda do sistema de propriedade, o acesso ao poder da classe explorada, uma revolução social que rompa com tal dependência, pode permitir acesso a uma sociedade diferente, a uma sociedade socialista.” (apud GUTIERREZ, 1996, p.34) (SILVA, 2016, p. 33).

Desta forma, pode-se presumir que a discussão acerca do socialismo chegou até os assistentes sociais através de dois grandes vetores de influência para a renovação do Serviço Social: pela insurgência da Teologia da Libertação e de seus adeptos nos ambientes de discussão do Serviço Social, mas também pelas produções científicas que amplificaram o debate acerca do socialismo, a realidade latino-americana e especialmente a brasileira, dos intelectuais orgânicos na práxis organizada.

A construção da ética profissional do Serviço Social, justamente por integrar uma das dimensões compositoras da práxis profissional de assistentes sociais que intervêm na realidade concreta de indivíduos, famílias e comunidades atravessadas pela contradição do sistema capitalista, não deixa de ser influenciada por fatores exógenos à profissão. Apesar dessas contradições serem mediadas pelo corpo profissional do Serviço Social, inevitavelmente os assistentes sociais também as experienciam, vez que são, irremediavelmente, trabalhadores. Desta forma, as contradições, constituintes do processo dialético, também têm contribuição no processo de fundamentação do *ethos* profissional, como enfatiza Barroco:

Como podemos observar, a ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações fundantes extrapolam a profissão, remetendo às contradições mais gerais da vida social. Neste sentido, a natureza da ética profissional não é algo estático; suas transformações, porém, só podem ser avaliadas nessa dinâmica, ou seja, em sua relativa autonomia em face das condições objetivas que constituem as referências ético-morais da sociedade e rebatem na profissão de modos específicos (BARROCO, 2005, p. 69)

O *ethos* conservador tem suas limitações apontadas e seu direcionamento social questionado pela profissão, tendo como um de seus agentes catalisadores, o processo revolucionário e anti-imperialista na América Latina. As reverberações dessas bandeiras de luta e mobilizações alcançam os assistentes sociais ao ponto em que criam uma unidade entre a ética, educação e política, que se aproximam da identidade de militantes, de organizações

políticas de movimentos sociais e partidos revolucionários propagadoras do *ethos* socialista (BARROCO, 2005, p.171).

2.2.2. Os novos Paradigmas Éticos do Serviço Social Brasileiro

O conceito de ‘Projeto Ético-Político’, apesar de receber esta nomenclatura apenas a partir da segunda metade da década de noventa (Netto, 1999, p. 1), se faz presente nas preocupações dos assistentes sociais desde o início do intitulado ‘Movimento de Reconceituação’. Isto porque entende-se que as limitações éticas e políticas da profissão que foram passíveis de transformação pelo corpo profissional de assistentes sociais está intrinsecamente vinculada às limitações materiais e ideológicas do sistema capitalista. Assim, ainda que não compreendido e verbalizado pelos profissionais envolvidos na Reconceituação do Serviço Social Brasileiro como a defesa de uma nova ordem societária, as limitações do projeto societário capitalista são cada vez mais visíveis e incômodas, de modo que o referencial teórico para a justificativa da emergente radicalidade do Serviço Social brasileiro não encontra outra alternativa senão o de rompimento absoluto com a defesa da ordem societária vigente.

Silva (2010, p.65) ressalta que as modificações que a ‘questão social’ foi exposta durante o Brasil desenvolvimentista (1950-1960) adensaram as tensões em um nível irreparável e irreversível, que impulsionaram a profissão à busca de revisão do ‘Serviço Social tradicional’, rebatendo diretamente no campo da formação e intervenção profissional, culminando no processo de reconceituação, cuja natureza é sincrética e multifacetada, mas ainda assim disputado por diversas tendências.

A assimilação de que o trabalho dos assistentes sociais fora castrado pelos interesses da classe dominante é combustível para a radicalidade, mas a instrumentalização da classe das/dos assistentes sociais é o verdadeiro incêndio: uma vez que compreendida a possibilidade de análise da realidade através de um método materialista, histórico e dialético, passível não apenas da explicação dos fenômenos sociais de dominação e ‘subalternidade’, mas também de transformação da mesma, a prática do Serviço Social encontra sua verdadeira potência interventiva. O Serviço Social brasileiro, ao encontrar e defender a radicalidade ante a ordem do Capital, - junto das contribuições de Marx e Engels, não instaura um *reset* das contradições da profissão, anulando as tendências conservadoras e reacionárias - e até mesmo contrárias ao movimento em emergência, como afirma Silva (2010, p. 168):

Reafirmar a importância da contribuição marxiana e de sua tradição para o Serviço Social nos dias atuais significa, necessariamente, perquirir e radicalizar a direção

social empreendida por meio do Projeto Ético-Político Profissional, no Brasil, a partir do legado deixado pela perspectiva de “intenção de ruptura” na era pós-reconceituada (formulada, sobretudo, com maior maturidade, na década de 1990), sem deixar de reconhecer as bases conservadoras e reformistas que marcaram a gênese do Serviço Social no mundo e no Brasil (ontologicamente dadas – portanto, insuprimíveis sob a ordem burguesa). (SILVA, 2010, p. 168).

É impossível desvincular o método materialista histórico-dialético de seus criadores, Marx e Engels. Mas, para este trabalho, tão importante quanto sua criação, é o questionamento acerca de sua chegada até o Serviço Social brasileiro. Netto, (2015, p. 341) elucida que a aproximação do projeto de ruptura (do Serviço Social com a ordem capitalista) com o marxismo se dá através da via política, veiculada entre os profissionais envolvidos e a prática político-partidária, principalmente pelos grupos de esquerda influenciados pela Igreja, como vimos anteriormente.

Abramides (2006, p.37) ao definir o conceito de *comunismo* muito contribui para nos auxiliar a levantar hipóteses em como tal movimento se faz presente no imaginário coletivo da massa crítica do Serviço Social:

Do legado marxiano, apreende-se o *comunismo* como uma expressão do movimento real contra esse estado de coisas que surge da contradição entre o capital (propriedade privada dos meios de produção) e o trabalho alienado (de produção de valor e mais-valia) em direção à auto-organização dos indivíduos livremente associados, a sociedade emancipada (ABRAMIDES, 2006, p. 37).

Abramides nos apresenta um conceito demasiado importante para a compreensão do ‘Projeto Ético-Político’: *sociedade emancipada*. Apesar da defesa da autora que a ‘sociedade emancipada’ é um elemento central do movimento *comunista*, devemos lembrar que uma das premissas da negação da ordem societária capitalista é justamente a defesa de que ela não permite a equidade entre os homens e a verdadeira justiça social almejada pelo Serviço Social. Desta forma, o ‘Projeto Ético-Político’ do Serviço Social propõe uma nova ordem societária, cujos traços são não apenas coincidentes, mas sim equivalentes aos propostos pelo movimento comunista. Abramides (2006, p.37) adiciona:

Esse entendimento nos remete, impreterivelmente, à luta pelo fim da exploração econômica, de qualquer opressão política e social de classe, gênero, raça e etnia, o que vincula necessariamente a luta anticapitalista à luta pela construção do socialismo (ABRAMIDES, 2006, p. 37).

Analisando o Código de Ética do Assistente Social de 1993 (BRASIL, 2012), encontramos que o IV princípio fundamental da profissão muito se assemelha ao que Abramides defende como as bandeiras da luta anticapitalista e, de quebra, a luta pela construção do socialismo: “IV. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o

respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;” (BRASIL, 2012, p. 23).

Sabe-se que atualmente as bandeiras de luta antirracistas e contra o preconceito foram sequestradas pelo neoliberalismo, especialmente ao defender uma representatividade vazia e mais danosa à classe trabalhadora do que essencialmente libertadora². No entanto, não são esses referenciais que balizam o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, vez que essa discussão nem mesmo era central na pauta neoliberal durante a década de 1990, se tornando uma armadilha argumentativa apenas no século XXI. Podemos citar a extensa bibliografia de Florestan Fernandes como um importante referencial para a defesa da luta contra opressão do povo negro, por exemplo, e não devemos esquecer de mencionar que as produções científicas de Fernandes trazem como principal método de análise crítica o materialismo histórico-dialético, havendo assim não apenas uma concordância teórica-metodológica com o Serviço Social, mas também ética, guardando as devidas proporções, ao se preocupar com a libertação humana e não apenas com a elevação de grupos historicamente excluídos e mais intensamente explorados para um consumo mais participativo no capitalismo tardio. Portanto, novamente, o Código de Ética de 1993 dialoga com Marx e os marxistas.

O *ethos* socialista que intriga a massa crítica, movimento estudantil e assistentes sociais brasileiros, ao ponto de questionarem os próprios paradigmas éticos da profissão os alcança também através das produções integrantes do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) e também pela *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social* (ALAETS). Importantes debates foram travados e defendidos pelo CELATS, como ressalta Leila Lopes em entrevista concedida à Marilda Iamamoto, uma das assistentes sociais envolvidas no desenvolvimento do Método BH e posteriormente, diretora do CELATS. Ainda, segundo ela, o CELATS era um marco de propagação da ruptura com o Serviço Social crítico, e único, pois apesar das demais ‘correntes’ de pensamento existirem, nenhuma delas possuía um órgão de tamanha relevância e alcance continental (IAMAMOTO; SANTOS, 2007, p.168). Leila Lopes dos Santos também adiciona:

A experiência de BH permitiu uma tomada de consciência sobre a dimensão política da intervenção profissional, sob o ângulo da esquerda e da identidade com os movimentos de mudança social e política.

² “Por isso, tornar a identidade como o centro da política é o mesmo que tentar acabar com todas as mercadorias existentes até que não sobre mais nenhuma. A política identitária sem um horizonte de transformação do próprio ‘maquinário social’ que produz as identidades sociais gera uma camisa de força que faz com que o ‘sujeito’ negro, mulher, LGBT possa ser, no máximo, uma versão melhorada e menos sofrida daquilo que o mundo historicamente lhe reserva” (ALMEIDA, 2019, p.15).

E isso nos anos 70, em plena vigência da ditadura, significou um salto qualitativo de importância considerável no meio profissional. Eu diria que fomos bastante ousados, motivados pela identificação com as maiorias oprimidas e pela simpatia com os princípios marxistas. Estávamos num processo de busca, éramos temerários e audazes para o período de vigência de tempos políticos de um Brasil repressivo e sombrio (IAMAMOTO; SANTOS, 2007, p. 167)

Santos, ainda na entrevista concedida à Iamamoto (2007, p.166), discorre sobre as influências que das quais o Método BH se amparou:

A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (PUC/MG) viveu um processo muito interessante nos anos 70 e contou com um grupo de qualificados e comprometidos professores tanto na área de Serviço Social como das Ciências Sociais, todos eles adeptos dos ventos “cambiantes” da reconceituação latino-americana. Muitos de nós, diretores e vários professores, estávamos inspirados nos postulados religiosos do Concílio Vaticano II, na Teologia da Libertação, nos princípios filosóficos da educação popular de Paulo Freire, nos processos críticos em voga nas ciências sociais naqueles momentos e nos propósitos de mudança da revolução cubana. Em geral, éramos simpatizantes da ideologia de esquerda e dos governos e iniciativas progressistas latino-americanos (IAMAMOTO; SANTOS, 2007, p. 166).

Não se deve esquecer de mencionar as contradições implicadas pelo o regime republicano em voga no Brasil durante esse processo de construção de intenção de ruptura: a autocracia burguesa, representada pelo exército militar brasileiro, sem sombra de dúvidas muito colaborou para a construção de uma tensão crescente, que atingiu seu ápice após a promulgação do IV Ato Institucional, em 13 de dezembro de 1968. A autocracia burguesa instituída após o golpe de abril, em 1º de Abril de 1964, é para Netto (2015, p. 31) uma contrarrevolução cujas finalidades eram de três naturezas: adequar os padrões de desenvolvimento nacional e de outros grupos de países (como a América Latina como um todo) ao novo quadro de relação inter econômico capitalista, cada vez mais internacional e imperialista, golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos hábeis para resistência à esta imposição econômica e subalterna e por fim, incentivar em todo o país as tendências contra a revolução e socialismo.

Apenas a partir de 1973 que o regime autocrático brasileiro de abril começa a demonstrar os primeiros sinais de exaustão e início ao próprio movimento de autorreforma, segundo Silva (2010, p. 63). A falácia do ‘Milagre Econômico Brasileiro’ ilumina não apenas as limitações e contradições do regime militar, mas também os indícios de sua crise, conjunta com mais uma das muitas crises do Capital. Assim, a repressão militar dos movimentos populares decresce lentamente até que ocorra de fato sua transição para a democracia burguesa, através do governo de Neves-Sarney em 15 de março de 1985. Porém, a Constituição Federal de 1988, enfim homologada, marca de fato a legitimação do novo regime e dos novos compromissos de cidadania entre o Estado brasileiro e o povo.

Conjuntamente com a crise do Estado autocrático brasileiro, durante a década de 1970, as organizações sindicais passaram a transformar seu caráter de atuação, abandonando gradualmente seu posicionamento concessivo, como afirma Carlos (2019, p. 3). A autora continua, afirmando que é justamente nesse período, devido aos indícios de exaustão do regime autocrático já mencionados e as influências de mobilização na América Latina que o movimento sindical se reorganiza, conjuntamente com diversos outros movimentos sociais e setores da classe trabalhadora brasileira. Esta reorganização tem papel de vital importância para o processo de redemocratização (burguesa), tendo como maior saldo o aumento das articulações das forças populares.

Desta forma, a mobilização política das massas brasileiras passou por modificações táticas, para o contra-ataque e resistência popular ao regime autocrático burguês. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) deixou de ser o maior propagador e propagandista do marxismo no Brasil, por motivos internos e externos ao Partido³. Assim, novos aliados e forças políticas passam a integrar o campo popular. Os clérigos e demais adeptos da teologia da Libertação e a igreja católica ‘à esquerda’ passam a ser um importante aliado, como visto anteriormente.

As assistentes sociais brasileiras também participam ativamente do processo de rearticulação do movimento da classe trabalhadora brasileira, tendo como maior exemplo deste compromisso a articulação profissional junto da Associação Nacional de Assistentes Sociais, fundada em 1983 e extinta em 1986. Sobre a ANAS, Silva e Souza (2013, p. 04) afirmam:

A criação da ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais) em 1983 significou um momento ímpar na organização dos assistentes sociais, surgiu em momento importante para a classe trabalhadora, somada ao surgimento da CUT a ANA segue um caminho de mobilizações e lutas sociais junto aos demais trabalhadores. É especialmente nos anos 1980 – período marcado por grandes mobilizações sociais – que a categoria dos assistentes sociais por meio da sua organização político-sindical apoia e, juntamente com os outros trabalhadores envolve-se nas lutas dos movimentos sociais. As lutas por políticas públicas e direitos sociais eram as principais reivindicações da classe trabalhadores, incluídos aí também os profissionais de Serviço Social (SILVA; SOUZA, 2013, p. 04).

³ “No Brasil, a história do marxismo desenrolou-se dentro deste ‘padrão de normalidade’. O marxismo, enquanto corrente de pensamento, coexistiu quase sempre intimamente ligado a desdobramentos práticos e partidários. Durante parte significativa de sua história brasileira, o marxismo teve existência simbiótica com o Partido Comunista do Brasil (PCB). Desde 1922 até, pelo menos 1956, somente pequenos grupos inspirados em Trotsky e alguns intelectuais esparsos rivalizavam muito timidamente com o quase monopólio marxista do Partido comunista. A crise aberta no PCB no ano de 1956, em consequência da denúncia dos crimes de Stalin efetuada por Kruchev no XX Congresso do Partido Comunista da União soviética e do desenvolvimento político cultural da sociedade brasileira na década de 1950, permite uma ruptura do quase monopólio e o surgimento de inúmeros polos de irradiação do (s) marxismos (s), cada vez mais plural, no Brasil. Por volta de 1968, o Partido Comunista, que já não detém o monopólio do marxismo, parece perder a hegemonia de sua produção e difusão nas terras brasileiras. Quando a abertura política pós-ditadura possibilita a livre manifestação das ideias e da política, o (s) marxismo (s) aparece (m) em diferenciados *loci* sociais, sem hegemonias que não possam ser facilmente questionadas” (RUBIM, 2007, p. 374).

Abramides (2006, p. 50) destaca o papel que a década de 1980 teve para a consolidação do Projeto Ético-Político, que inclusive em 1993 teve seus traços cristalizados no Código de Ética do/a Assistente Social. O Código de Ética de 1993 tem incontestável importância, uma vez que marca a vitória do projeto de intenção de ruptura e seu aparato legal para direcionamento ético-político da profissão.

A hegemonia do projeto de profissão de intenção de ruptura é, sobretudo, fruto da luta política travada nos anos 80, que tem nas lutas sociais do período seu grande mote de sustentação política vinculada ao aprofundamento e amadurecimento teóricos necessários aos processos da formação e do exercício profissional. É na efervescência política intelectual, teórica e cultural dos anos 80 que o Código de Ética de 1986 se constrói no debate com o neotomismo e pela primeira vez no interior do conjunto CFAS/CRAS, a perspectiva marxista apresenta-se hegemonicamente (ABRAMIDES, 2006, p.50).

Assim, a composição das centrais sindicais pelos assistentes sociais, enfaticamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), constituiu um importante passo para o ganho de autonomia e táticas de articulação entre os trabalhadores (assistentes sociais e usuários dos serviços sociais), especialmente após um longo período de censura e consequente perda de habilidades para comunicação para e com as massas e camadas da classe trabalhadora brasileira. No entanto, não se deve deixar de apontar as limitações que o *novo sindicalismo* possui, especialmente por enfatizar elementos organizativos-institucionais que não propõem elementos concretos para a superação da ordem societária vigente, atuando, portanto, apenas como órgão de reivindicação de direitos trabalhistas por categorias profissionais. As limitações são ainda mais visíveis, especialmente após analisarmos brevemente a conjuntura brasileira na segunda década do século XXI, que possui profunda ligação com o movimento articulado na década de 1980: a crença ingênua de que a gestão socialdemocrata da democracia burguesa travestida de presença popular, social e sindical, seria capaz de resolver contradições fundantes do sistema capitalista se mostrou incapaz de atender as demandas da classe trabalhadora, em regime de crescente superexploração, perante o Estado neoliberal. A fragilidade socialdemocrata dos governos do Partido dos Trabalhadores se revela quando apontada a facilidade para o desmonte das políticas e programas sociais, além da operacionalização de políticas sociais em meio, e vez ou outra em terceirização e PPPs (Parceria Público-Privada), com grandes monopólios burgueses (de educação, bancários, empreiteiras e entre outros), que favoreceram e fortaleceram inimigos históricos da classe trabalhadora brasileira, tornando assim ainda mais ostensiva o desmonte dos direitos sociais recém-adquiridos.

3. A COMPREENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DOS VALORES PROFISSIONAIS PÓS-RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Como abordado anteriormente no capítulo de introdução deste trabalho, para o diálogo com amostras do corpo profissional do Serviço Social, realizou-se entrevistas abertas para o questionamento acerca de questões tangentes ao tema desta pesquisa. Assim, em setembro e outubro deste ano, 2020, quatro assistentes sociais em diferentes situações profissionais foram entrevistados, se propondo a responder cinco diferentes questões para análise. Os profissionais entrevistados foram escolhidos de modo a exemplificar qualitativamente diferentes possibilidades de trabalho de assistentes sociais e seus eventuais rebatimentos na esfera ético-política de seu exercício, sendo eles: um assistente social em exercício em uma política social; um assistente social inserido na política de Educação Superior (docência); um assistente social inserido no conselho de fiscalização da profissão (CRESS); e por fim, um assistente social recém-graduado e ainda em não-exercício profissional do Serviço Social. As cinco questões sugeridas para diálogo com os entrevistados foram:

- 1) O que você entende por ‘Projeto Ético-Político’?;
- 2) Como você vê os atuais posicionamentos políticos da categoria profissional dos assistentes sociais?;
- 3) Você se sente representado pelo conjunto CFESS/CRESS?;
- 4) Diante da atual conjuntura, na sua opinião, o Serviço Social possui algum papel de enfrentamento?;
- 5) O que você entende por ‘Movimento Socialista’?

As perguntas foram introduzidas individualmente e os entrevistados convidados a falarem sem interrupções da entrevistadora, em sessões com duração de trinta minutos a uma hora, realizadas em plataformas digitais.

De modo a preservar o sigilo e campos de trabalhos dos assistentes sociais, seus nomes foram resguardados e para melhor ilustração, os mesmos serão referidos, de forma fictícia, neste capítulo com nomes de cores, sendo elas: Vermelho (assistente social em exercício em serviço público da rede socioassistencial do município de Campinas), Amarelo (assistente social inserido na política de Educação Superior [docência] em uma Unidade de Formação Acadêmica Privada localizada no município de Campinas), Verde (assistente social inserido no conselho de fiscalização da profissão (CRESS), recém-graduado e em primeira experiência profissional

em instituição do terceiro setor no localizada no município de São Paulo) e Azul (assistente social recém-graduado e ainda em não-exercício profissional do Serviço Social).

Quando questionados acerca de qual o significado do ‘Projeto Ético-Político’, os assistentes sociais entrevistados demonstraram certa similaridade em seus posicionamentos; para eles, o ‘Projeto Ético-Político’ é abstrato, mas possui papel concreto para guiar as ações profissionais do assistente social e seu exercício. Para Vermelho, o Projeto Ético-Político afeta diretamente sua ação profissional, vez que defende a construção de uma nova ordem societária, que o mesmo tem consonância:

“O Projeto ético-político é o que direciona o nosso fazer profissional e está relacionado com o nosso fazer para profissional, o fazer dos assistentes sociais, no seu campo de trabalho, na sua práxis. A partir desse fazer profissional tem os princípios e Valores que norteiam nossa profissão. Tem um princípio que eu vejo de muita validade que é o princípio que fala sobre a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, e eu acho que esse princípio é norteador do que fala hoje nosso fazer profissional, no que está baseada a nossa formação. Evidente que a partir daqui se fala sobre cidadania, sobre protagonismo, autonomia da população, sobre direitos, sobre gestão democrática e estão aí para todos os outros princípios. Assim a gente tem a gente, teve algo muito valioso né, para nossa profissão. Que está pautado todo o processo do nosso código de ética de 1986 e 1993, em especial o nosso posicionamento em prol da classe trabalhadora e todas as lutas da classe trabalhadora. Aí a gente engloba todos os segmentos coletivos e dos movimentos sociais que estão fazendo frente a essas lutas, e então a gente fala da classe trabalhadora ” (Entrevistado Vermelho).

A apreensão do que é o ‘Projeto Ético-Político’, para Verde, passou por transformações durante seu processo de formação e prática profissional. Para ela, em um primeiro momento, a compreensão do Projeto Ético-Político se ancorava a partir da concepção de que o mesmo era ‘não palpável’ (sic), o que tornava ainda mais complexa a discussão dos valores éticos da profissão. No entanto, seu próprio processo de formação contínua, fomentado pela participação em eventos organizados pelas entidades representativas do Serviço Social (CRESS, ABEPSS E ENESSO) permitiram que ela aprendesse acerca da concretude e objetivação do Projeto Ético-Político, assim como seus desdobramentos e materialização em seu cotidiano de trabalho. Verde também aponta que o processo histórico de construção do Projeto é oriundo da trajetória histórica do Serviço Social, sua compreensão como classe trabalhadora e suas responsabilidades com e para sua classe. Para ela, a defesa do Projeto também significa desafios, seja em sua prática profissional, ou no que se refere à disputa societária existente, como pode ser visto no trecho a seguir:

“Mas eu tenho ele para mim como um grande desafio também; trazendo um pouco: hoje eu trabalho no terceiro setor e são muitos desafios, acho que também quando servidores públicos, aqueles que hoje estão quanto serviço público é um desafio,

porque ele vai na contramão do que está colocado hoje enquanto sociedade, então é o tempo inteiro a gente certo modo ‘remando com contra a maré’, então é um projeto que nos desafia né cotidianamente, se a gente não tiver sempre de fato enquanto conjunto de categoria ali próximo, discutindo, debatendo mesmo, nos imbuindo, nos enchendo de informações, de contribuições, tanto no âmbito da academia, mas também dos grupos e movimentos, porque o nosso projeto ele vai trazer essa dimensão da defesa dos nossos princípios, a gente acaba se perdendo e é muito arriscado porque a linha também é muito tênue, então de maneira geral, o projeto ético-político, para mim é você tem que ficar dependendo dele é de que ele é um projeto de sociedade a partir de um projeto de profissão, que é o Serviço Social e de que ele traz também ter um olhar, porque é isso também né, quando eu falo um olhar um projeto também está em disputa, esse momento que a gente tá vivendo, acho que o último processo eleitoral, vem muito nos dizer sobre isso, traz para a gente não só um olhar, mas uma necessidade de se estar o tempo todo retornando para ele, nem vendo como que ele tem atravessado a nossa vida, o nosso cotidiano profissional” (Entrevistada Verde).

Ainda sobre o Projeto Ético-Político, Azul também ressalta a busca pela construção de uma nova ordem societária, que proponha uma alternativa à sociabilidade na ordem do capital. Porém, para ela, o Projeto Ético-Político demonstra uma ‘categoria’ do Serviço Social de difícil assimilação, pelo menos *a priori*, quando ainda não compreendida a finalidade da atuação profissional:

“O projeto ético-político eu entendo como um projeto profissional que direciona o trabalho do assistente social de forma que esse profissional busque uma forma de superação das desigualdades sociais causadas pelo modo de produção capitalista e junto com isso acaba que propõe uma nova construção, uma construção de uma nova ordem social, na verdade.

Quando eu estava na faculdade, eu demorei um tempo para conseguir assimilar o que era este projeto, pela questão da materialização dele. De início, quando a gente aprende, fica um pouco confuso e eu, pelo menos, sentia uma certa dificuldade de assimilar e hoje eu vejo que eu tenho duas interpretações da materialização do projeto: seja pela construção dele em leis, como o código de ética e a lei da regulamentação da profissão e das diretrizes curriculares como a ação profissional do assistente social. É na ação profissional que a gente consegue colocar em prática este Projeto Ético-Político, de forma que a gente atenda este usuário da melhor forma possível garantido até a liberdade dele, a autonomia e fugindo mesmo do assistencialismo, tentando emancipar estes indivíduos” (Entrevistada Azul).

Amarelo ressalta que as mudanças dos Códigos de Ética do Assistente Social (1975, 1986, 1993) tiveram rebatimento em sua prática profissional, vez que ela atravessou pelas alterações dos paradigmas éticos junto da profissão:

“Eu acho que é uma construção nossa histórica, ele [Projeto Ético-Político] não começou e nem é restrito ao Código de Ética, entretanto ele se baliza pelo Código de Ética, mas ele não se restringe ao código de ética. E nesse processo de construção histórica, eu me vejo um pouco porque eu sou muito mais velha que você, então quando eu me formei, nós estávamos no código de ética de 83. Então eu passei por toda a compreensão do código de ética de 1975, que foi nele que eu fiz a minha formação; nós estávamos no projeto de ética de 75. Mas eu acho que primeiro reconhecer que a nossa categoria está em movimento e principalmente: ela não se nega a esse movimento, pelo contrário, ela insiste e ela resiste à toda uma máquina chamada capital que o tempo inteiro tenta nos usurpar o nosso dom da vida, nos

inserindo aí como classe trabalhadora. E eu acho que isso é um Marco de 1970, a partir, lógico, de toda a construção do nosso movimento de reconceituação, mas é na década de 70 que nós temos, e aí tem um recorte importante, porque este movimento de 70 que eu tô me referindo ao movimento de BH, ele não é um movimento exclusivamente de acadêmicos, ele é um movimento marcado por acadêmicos e alunos, que são os discentes, então ele traz essa importância que o nosso projeto ético-político releva realmente, que quando nós falamos de conjunto né, aquele conjunto que sustenta nossa categoria profissional, o conjunto que baliza, que proporciona todo o processo de luta, de reivindicação. Nós incluímos então nossos representantes Conselho Federal de Serviço Social, juntamente com os conselhos regionais, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa, e a ENESSO, então eu acho que esse diferencial da categoria, que também não é comum, ele nos dá uma sustentação de inovação, então este movimento não é um movimento parado, não é um movimento reto” (Entrevistada Amarelo).

Amarelo continua, afirmando que os novos paradigmas éticos propostas pelo novo Código de Ética e pelo ‘Projeto Ético-Político’ também acompanham novas leituras sócio históricas da ordem capitalista e dos propósitos interventivos do assistente social:

“E neste marco de 70, do movimento de BH, a gente tem um novo olhar teórico que nos de fato nos aproxima da realidade sócio histórica, no processo do método dialético, a partir da teoria social-crítica. Então todo o nosso Projeto Ético-Político fundamenta a leitura que nós temos da sociedade e é a partir dessa leitura que nós estabelecemos dialeticamente nossa relação com as pessoas, com os sujeitos sociais de direitos com os quais nós nos relacionamos a partir do exercício profissional. Acho que esse é o ponto fundamental do nosso Projeto Ético-Político, é ter essa consciência crítica, e essa consciência crítica é balizada numa teoria e ela o tempo inteiro não se diz fechada, buscando sim por um processo para além de um projeto profissional, para um projeto societário. Que sociedade queremos? Uma sociedade que não continue se mantendo expropriada das suas riquezas e essas riquezas são as riquezas naturais e as riquezas construídas a partir da produção do nosso trabalho. E aí é um outro ponto fundamental do Projeto Ético-Político quando nos deixa muito claro: nós somos classe trabalhadora! Nós não temos divergência quanto às pessoas, aos sujeitos sociais; nós somos sujeitos sociais e a partir da nossa categoria ontológica de trabalho. E aí a gente entra numa outra perspectiva, e não dá nem pra falar dos onze princípios que aí seria muito né, que é a perspectiva que é o respeito ao outro. eu e o outro não somos apenas indivíduos, nós somos indivíduos, nós nos respeitamos enquanto indivíduos, mas nós constituímos uma categoria ética coletiva. Então essa concepção de coletividade nos dá o respeito que nós temos que ter um com os outros, construindo a partir dos saberes plurais que também faz parte” (Entrevistada Amarelo).

Portanto, sobre o ‘Projeto Ético-Político’, observa-se que os entrevistados compreendem seu processo de construção como ganho histórico da categoria, vez que a própria definição trazida por eles reforça a ideia de transformação, inquietude, movimento. Todavia, é curioso observar as diferentes compreensões e relações do ‘Projeto Ético-Político’ para cada ‘geração’ de assistentes sociais: Amarelo, em contraste com Verde e Azul, experienciou o momento histórico em que a transformação dos paradigmas éticos da categoria se desdobravam, e apesar da natureza impassível de conclusão do ‘Projeto Ético-Político’, podemos falar de diferentes momentos de sua implementação. Relativamente, Amarelo se encontrava em momento de maior ‘vanguarda’ para implementação do Projeto, ainda que ele nem mesmo fosse

intitulado desta forma inicialmente, enquanto a geração de Verde e Azul ocupa relativa ‘retaguarda’, em defesa do Código de Ética de 1993, diante da escalada do conservadorismo, fora e dentro da profissão. Verde e Azul, apesar de recém-formadas, também não se encontram em posição de mera assimilação do ‘Projeto Ético-Político’, mas sim de defesa desta uma importante ferramenta e ótica da categoria para a transformação societária. Igualmente curioso é observar a relação de Vermelho com o ‘Projeto Ético-Político’: o assistente social enfaticamente ressalta a concordância com o Projeto, sendo sua principal inquietação referente à discrepância entre assistentes sociais ‘críticos’ e assistentes sociais ‘conservadores’. Inclusive para ele, em sua concepção, são necessários traços mais acentuados de militância para a profissão, como ele reforça posteriormente. Também é interessante analisar que a definição de ‘Projeto Ético-Político’ para Vermelho, que é assistente social em exercício em política social de natureza pública, se mostrou extremamente orgânica e condizente com os elementos levantados pelo referencial teórico deste trabalho, contradizendo o pré-conceito amplamente difundido pelo senso comum de que a teoria do Serviço Social se distancia da prática, enfatizando a importância da dimensão ético-política para a prática profissional, perpassando todas as decisões profissionais tomadas pelos profissionais.

Quando questionados acerca dos posicionamentos políticos da profissão, três dos quatro entrevistados mencionaram preocupação com o crescimento exponencial do conservadorismo, reiterando-o como um dos diversos posicionamentos políticos presentes entre os assistentes sociais da categoria, desafiando a hegemonia do Projeto Ético-Político. De maneira geral, Azul, Vermelho e Verde abordam que o conservadorismo não é, necessariamente, um fenômeno recente, seja na sociedade brasileira ou entre o corpo profissional do Serviço Social. Todavia, apesar de concordarem que não são necessariamente elementos recentes, os entrevistados demonstraram certa preocupação no que concerne à alavancada conservadora na conjuntura brasileira e mais especificamente no âmago da prática profissional do Serviço Social.

Para Vermelho, a falta de unidade do corpo profissional dos assistentes sociais oferece risco aos próprios profissionais, que podem ter sua autonomia (relativa, como ressaltam Iamamoto e Carvalho, 1982) cerceada pelos próprios colegas de profissão, que não atuam sob os posicionamentos éticos do Código de Ética do Assistente Social de 1993:

“Então é muito delicado, porque quando você tem profissionais que não trabalham na perspectiva do Código de Ética de 1993, esse referencial teórico, do materialismo-histórico e enfim, esses profissionais vão ser desafios para nós também, para construção de unidade da categoria. Ou mesmo quando a gente fala do campo de trabalho de um serviço específico, a gente vai ter dificuldade, porque a gente não vai ter a unidade e a gente vai ter sempre essa discussão, porque quando você não tem a

compreensão do projeto ético-político de fato, vai ter aquele fazer mais empírico, sem criticidade, sem uma avaliação e sem posicionamento de militância mesmo, de defesa sabe? De defender o usuário, o trabalhador. E pensar que o Projeto Ético-Político não fala só do meu fazer profissional, mas ele fala também da minha visão de mundo, ele tá de encontro a isso e por isso que não está descolado do que eu faço, do que eu acredito, do que eu projeto para minha vida. Então não é só no meu fazer profissional, mas também é no meu dia-a-dia, nas minhas relações, eu tenho que construir isso, ou atuando mesmo, presente em todas as minhas relações. Aonde eu estiver, eu e ele vamos de encontro nessa proposta de uma nova ordem societária, essa crítica sobre esse modo de produção capitalista, ele vem de encontro ao que eu acredito. E a superação desse modo de produção é o que acredito, é o que me move. E é muito difícil, porque esse projeto, ele tem a ver com a militância, ele traz perfil de militância, é você defender, é você atuar em prol disso. E aí nem todo mundo tá disposto a fazer esse enfrentamento e é por isso que fica tão caro a gente ter essa efetividade do nosso Projeto Ético-Político, acho que um grande desafio realmente é alcançar esta efetividade, pois ele nos dá base, nos norteia na nossa atuação profissional, nossa práxis, mas ele é um desafio porque ainda não foi efetivado, e a gente a todo momento luta para que um dia ele possa ser efetivado. Mas para ser efetivado, a gente vai ter que ter essa unidade enquanto categoria” (Entrevistado Vermelho).

Ainda na opinião de Vermelho, a conjuntura e seu rebatimento à prática profissional, ilustram a perda de unidade da categoria para o enfrentamento do que se intitula de ‘expressões da questão social’, além de enfraquecer e ofuscar os posicionamentos éticos-políticos da categoria. Em adição, afirma que uma característica importante do Projeto Ético-Político esquecida muitas vezes pelos profissionais é visão da totalidade que o Projeto significa para a vida dos assistentes sociais. Para ele, o Projeto Ético Político não se trata meramente de direcionamentos para o seu fazer profissional, mas sim como ele lê o mundo e anseia por sua transformação, sendo, portanto, estendida a todas as esferas de sua vida e seu cotidiano, inclusive em seus relacionamentos pessoais. Em sua opinião, a crítica ao modo de produção capitalista e proposição de uma nova ordem societária, atravessa toda sua sociabilidade e não apenas sua profissão, pois está intrinsecamente ligada à sua crença de mundo e seu anseio de transformação da realidade. Assim, a fragilidade da unidade dos assistentes sociais perante aos posicionamentos éticos-políticos da categoria o causam inquietações, pois afetam duramente sua visão de unidade para transformação do mundo e defesa dos valores profissionais do Serviço Social.

Verde, ao ser se adentrar pelo tópico, cita as contribuições de espaço de formação em que esteve presente, nos quais o conservadorismo foi apontado como um velho elemento, não erradicado pela ‘Virada’ do Serviço Social. Para ela, a iminência das redes sociais e as eleições presidenciais de 2018 são dois grandes exemplos de ostensão do conservadorismo, há muito já existentes e inerentes da formação sócio histórica brasileira:

“Ele existe (conservadorismo), ele tá aí, e no interior da profissão ele permanece e então se hoje a gente tá vendo posicionamentos, falas e defesas de vários profissionais numa perspectiva que é contrária àquilo, que né é uma profissão que ela tem a sua singularidade sua pluralidade, mas ela também tem um direcionamento hegemônico, e ela dizia ali então que o que a gente tava vivendo nesses tempos, na inserção das novas tecnologias da comunicação e informação, como a gente sabe das redes, das pessoas se encorajando né? Acho que no processo eleitoral das últimas eleições para Presidente, a gente teve um cenário aí que vem dizer muito sobre essas disputas, e que eu penso é que é isso aí, no interior da construção ela sempre existiu, ela segue muito lá, do lado e de mão dada com o conservadorismo, que faz parte dessa sociedade que a gente tá, num país que o seu processo histórico de formação também vem dizer muito como que ele é desde seu... ia falar ‘Descobrimto’ que não descobriu nada, mas sim um país colonizado, como é o nosso Brasil (Entrevistado Verde).

Verde continua, apontando que a disputa política acerca do projeto societário capitalista e o projeto societário defendido pelo Projeto Ético-Político são existentes desde o processo de formação do assistente social e que rebatem diretamente na prática profissional:

“Mas a gente tem visto aí posicionamentos e defesas muito delicadas. Assistente social, que se formou que tá ali trabalhando, mas que não faz a defesa que a gente faz, e como é um projeto hegemônico, eu acho que é isso né tem que falar sobre isso né tem que tocar nesses pontos e que não, não tá tudo bem né porque desde a formação pensou as questões, mas que quando se chega na profissão, isso se torna muito mais preocupante” (Entrevistado Verde).

Azul, por sua vez, entende que o acirramento do conservadorismo na sociedade brasileira traz ao Serviço Social duras consequências. Para ela, a não-defesa do Código de Ética do Assistente Social de 1993 e até mesmo os posicionamentos que demonstram oposição a ele, ganharam força com a conjuntura traçada atualmente, vez que mais profissionais se sentem confortáveis em delinear oposição abertamente aos valores hegemônicos da profissão.

Amarelo busca conceituar os posicionamentos políticos da categoria sob outra ótica. Para ela, se faz necessário retomar brevemente a construção histórica do posicionamento político da categoria, e para tal, analisa elementos sócio históricos da ordem capitalista e do avanço neoliberal. Por fim, afirma que a conjuntura atual delinea desafios a serem superados coletivamente pela profissão, principalmente no que se refere ao processo de tomada de consciência:

“A lógica da garantia do direito nos possibilita reconhecer que como classe trabalhadora todos temos direitos sociais que foram conquistados historicamente. E todas as vezes que nos deparamos né, com situações que rompem esses direitos, porque infelizmente estão rompendo e acho que você faz esse momento ele é crucial quando nós tivemos a notícia ontem⁴ de um decreto de lei por conta de um presidente

⁴ Amarela se referia ao Decreto Nº 10.530, publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de outubro de 2020, que previa a participação, através de investimentos, da iniciativa privada nas Unidades Básicas de Saúde, integrantes da rede de atenção básica do Sistema Único de Saúde. Após ampla mobilização social por intermédio das redes sociais, o decreto foi revogado, no dia 28 de outubro de 2020, pelo decreto Nº 10.533, em publicação no Diário Oficial da União.

da república que talvez não conheça a constituição federal, porque se conhecesse, não teria feito isso. Então esse posicionamento, da arbitragem, contra aquilo que viola direito, é o mais importante da nossa categoria profissional. Acima de tudo, nós resistimos às suntuosas evidências de morte que o Estado nos impõe. O outro posicionamento que, assim, é muito importante, é o acirramento quando se diz da presença do neoliberalismo no Estado mínimo frente à tantos despautérios por conta dessa riqueza não distribuída. Quem constrói a riqueza é a classe trabalhadora e essa classe trabalhadora é desprovida dessa riqueza. E o pior é que ela não é só desprovida da riqueza que ela produziu transformando a natureza, ela é desprovida também da natureza, do meio ambiente que está sendo destruída por aquela classe dominante, em nome de uma produtividade, de uma industrialização que gera o consumo. E aí entra o terceiro aspecto, de não permitir que nenhuma ação nossa seja -e aí vou fazer um recorte- que o Serviço Social deixa sempre muito claro: nossa profissão de fato não tem uma dicotomia entre teoria e prática, pelo contrário, a nossa teoria sustenta a nossa prática e possibilita que dialeticamente sejam revisitados conceitos, sejam revistadas possibilidades que estão sendo construídas no tecido social, então o tempo inteiro nós nos deparamos com situações que violam direitos dessa classe trabalhadora e todos os rebatimentos dessa reprodução social que está posta e que gera a discriminação, o preconceito, entre seres humanos. Quando nós falamos do negro, do preto, do índio, do quilombola, da mulher, da criança e do pobre, nós todos estamos falando de uma classe trabalhadora que não teve acesso ao trabalho, dentro de uma sociedade que impõe a ideologia de venda da sua capacidade produtiva, que é sua força de trabalho, mas que essa capacidade produtiva, nada mais é do que a nossa força criadora e a nossa potência. Não consciente disso, nós vamos trabalhar com essa consciência para a emancipação humana. Então todas as vezes que a categoria profissional se posiciona a favor deste humano e possibilita uma discussão ética em torno dessa emancipação -e ela só é possível com consciência-, então mesmo que nós tenhamos em alguns momentos acirramentos e que a gente acredita que poderia ser falado e conversado, dialogado diferente, porque eu acho que isso acontece para dentro da categoria, acima de tudo ela é o reflexo dessa contradição que nós não vivemos a partir do sistema capitalista, isso é historicamente. Nós falamos de Aristóteles com muito carinho, com muita compreensão daquilo tudo que ele representa para nós, mas quando nós olhamos o texto nós vemos que a mulher e o escravo não faziam parte da Pólis. Então, de fato, essa dimensão de distribuição de riqueza não é do sistema capitalista, o sistema capitalista só ficou incorporado e continua incorporado porque nós ainda não temos consciência da nossa liberdade e é a consciência da nossa liberdade. E é a consciência da nossa liberdade que poderá, e eu espero que possa, eu acho que é por isso que a categoria tá aí, a desvencilhar esse emaranhado que nós estamos postos. Então nesse sentido esse posicionamento político da categoria só me faz fortalecer o meu ser assistente social” (Entrevistado Amarelo).

A segunda questão proposta aos entrevistados poderia ser interpretada de duas formas, sendo intencional essa dualidade nas interpretações: *posicionamentos* políticos com ênfase plural, abrindo um escopo para debater que, apesar de serem hegemônicos, o ‘Projeto Ético-Político’ e do Código de Ética do Assistente Social de 1993 não são homogêneos; ou posicionamentos *políticos*, tentando evidenciar o papel de contraponto e contraofensiva ante ao conservadorismo exercida pela categoria e pelo Conjunto CFESS/CRESS. Todavia, em momento algum foi introduzida a palavra conservadorismo para a discussão da segunda questão, apesar do tópico ser tão relevante, na opinião dos entrevistados. É válido ressaltar que de fato o conservadorismo afeta o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, sendo inclusive um fator que muito corrobora para o desmonte das políticas sociais, principalmente por vir

acompanhado do neoliberalismo em sua mais recente versão de gestão de Estado. Possivelmente, por conviverem com manifestações conservadoras em seu cotidiano de trabalho, os assistentes sociais Azul, Verde e Vermelho interpretaram a questão em seu primeiro sentido, enquanto Amarelo a interpretou no segundo sentido, talvez por lecionar o Serviço Social como disciplina no ensino superior, estando portanto em maior contato com discussões teóricas e históricas que os demais assistentes sociais entrevistados.

Acerca da questão que abrange a representação pelo Conjunto CFESS/CRESS (formado pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social), os assistentes sociais demonstraram representação, vez que o CFESS/CRESS fiscaliza o exercício profissional e a adequação ao Código de Ética do Assistente Social de 1993. Porém, cada entrevistado possui uma dinâmica e opiniões distintas sobre o Conjunto em si, como entidade.

Verde, que atualmente integra o Conjunto CFESS/CRESS, afirma que o faz justamente por compreender sua relevância:

“Ah, eu sou meio suspeita em responder (risos). Mas assim, não é me sentir representada hoje por exemplo eu estar enquanto direção suplente do CRESS SP, mas é por justamente esse engajamento desde a graduação, essa participação nesses espaços que me faz fazer a defesa que eu faço hoje, sobre esse projeto de sociedade, que vem desde a virada, reafirmando uma nova ordem societária que é diferente dessa que está colocada. Então eu me sinto muito representada por que é um conjunto de profissionais que se comprometem com o direcionamento da profissão, com o Projeto Ético-Político, com classe trabalhadora de forma geral e que todas as atividades e os encontros são todos pautados a partir desse norte, que é a defesa de uma outra ordem societária. Então o conjunto CFESS/CRESS, o conjunto da categoria, a ABEPSS e a ENESSO, nos últimos anos, por meio de suas ações concretas, muito mais do que falas, porque é isso, são as ações daqueles que se colocam nesse espaço para construir conjuntamente que vão deixar de falar palavras vazias e ficar reproduzido discursos que não condizem com aquilo que de fato tem que sido feito por esse conjunto. Então eu me sinto sim muita representada e não é por hoje estar, como já disse, é por já ter feito parte e fazer parte dos espaços que são abertos para todo e qualquer assistentes sociais do estado, do Brasil e agora do mundo né, as contradições são colocadas nesse momento de pandemia tem aberto as possibilidades inclusive para essas atividades, esses eventos” (Entrevistado Verde).

Vermelho compreende que o atual formato do CFESS/CRESS demonstra fragilidades e limitações, apesar de representar sua visão ética-política, emitida por intermédio das Resoluções Oficiais publicadas pelo Conjunto. Para ele, a participação de eventos que buscam discutir massivamente com os assistentes sociais acerca da prática profissional, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), são limitados, vez que são inacessíveis

em custo e em localização⁵. Em sua opinião, o CFESS/CRESS atualmente tem estado distante dos assistentes sociais, por conta do próprio formato assumido pela entidade representativa: eventos realizados majoritariamente na sede dos Conselhos e fiscalização apenas mediante a denúncia de irregularidades e violações da prática profissional. Ele continua, se questionando que talvez o próprio formato assumido pelo Conjunto possa significar um empecilho para a concretização do Projeto Ético-Político. Para ele, seria essencial que o Conjunto se aproximasse mais dos campos de trabalho dos assistentes sociais, fomentando discussões e averiguando as irregularidades no exercício profissional:

“Então veja o Projeto Ético-Político, ele também não alcançou efetividade também por causa da falta de se repensar a atuação conjunto CFESS/CRESS. É claro há essa importância da questão teórica, da discussão, mas também é poder dialogar com os profissionais que estão nos seus campos de trabalho e possibilitar essa proximidade. Então não é só ficar na sua cadeira, lá na sede, e esperar que os profissionais vão até você, não! Muitos profissionais, também, chegam no campo de trabalho ou que terminam o seu estudo, têm como única formação sua graduação, e eles não tem uma base real do que o conjunto CFESS/CRESS é, então assim falta também acompanhar esses que estão se formando, contribuir com eles, aproximar e informar sobre as lutas, fugir da proposta que é simplesmente ter um site ou uma sede e poder se aproximar de fato, fisicamente. Hoje talvez seja mais difícil, mas ter uma proximidade dos campos de trabalho, conhecer esses campos. Não é porque não chega denúncia de um campo de trabalho que não há violação dos direitos do assistente social naquele campo de trabalho. É garantir que essa proximidade se dê de uma forma mais tranquila, mais fácil e que de fato aconteça essa proximidade entre o conjunto dos profissionais. Eu trago um exemplo aqui de Campinas, que mais e mais eleições acontecem e a gente não consegue compor a gestão da Seccional. Porque não há interesse dos assistentes sociais, será que é isso? O que tá faltando? Porque também não é só o peso que os assistentes sociais não estão preocupados com isso quando enxergam a importância, mas espera aí: há uma proximidade desses profissionais? Porque você não vai garantir que os profissionais se sensibilizem só por um WhatsApp, uma rede social. A gente tem que ir para além da rede social, a gente tem que se aproximar dos profissionais e ir até o campo de trabalho, provocar discussões sobre os segmentos da sociedade que esses profissionais atuam. São caminhos, criar estratégias para que de fato a gente alcance essa proximidade. Mas só retornando assim, sobre representação: eu me sinto representado pelas resoluções que faço para ir de encontro, mas eu vejo que ainda falta muito a ser construído que garante essa proximidade enquanto categoria, enquanto conjunto de representação da categoria” (Entrevistado Vermelho)

Amarela também possui críticas pontuais ao conjunto da categoria, especialmente no que se refere à crítica de fenômenos que permeiam o interior da profissão, mas cuja origem é externa, como o próprio conservadorismo:

“A partir de tudo que eu falei na resposta anterior, sim, eu me sinto representada. Então, acho que uma categoria que se mantém aí, tendo iniciado numa batalha enorme né, no movimento moralista, no movimento político de uma articulação autoritária porque nós nascemos como categoria dentro desse movimento autoritário, considerando que nós tivermos a nossa primeira base formativa vinculado ao

⁵ O XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi realizado em Brasília, DF, de 30 de outubro a 02 de novembro de 2019. As inscrições na modalidade ‘Assistente Social’ custaram R\$250,00. (CBAS, 2019)

movimento católico, mas o movimento que sim, trazia ali todo uma perspectiva, neotomista, mas que a gente consegue superar isso tudo, vamos a busca, historicamente a gente vai em busca de um conhecimento. Não tem problema que a gente cai, que a gente levanta, que a gente se esbarra, isso tudo é importante. Só que o processo de construção, ele se faz, não só pelo pensamento, mas ele faz porque ele conduz o pensamento, e às vezes, quando nós conduzimos o nosso pensamento, até pela escolha dessa profissão, muitas vezes nós somos muito acirrados nas nossas falas, na nossa emoção, nós temos um sangue que pulsa e repulsa e às vezes a gente peca, no sentido -não gostei da palavra peca- acho que às vezes a gente se equivoca na própria relação. Então nós estamos discutindo, por exemplo, sobre conservadorismo. Então vou pegar um exemplo que aconteceu recentemente em aula: estávamos em uma apresentação de um trabalho e uma aluna brilhantemente viu uma imagem que representa um determinado serviço e ela fez uma crítica àquela imagem. A aluna foi perfeita, porque ela fez a crítica à imagem e isso é maravilhoso, porque a imagem reproduz um movimento conservador nosso, mas é nosso enquanto projeto de sociedade que nós temos hoje, que é uma sociedade que repassa valores burgueses, valores de poder, valores machistas, valores sexistas. Ela não falou das pessoas que fizeram o movimento. Porque naquele momento que nós vivemos presas àquilo tudo, eu participei da construção do ECA, e eu falo isso com muita alegria. A gente se reunia lá na Igreja do Carmo, um bando de assistente social, na década de 1980 e discutíamos sobre o que achávamos que se precisava para a criança em termos de proteção. Mas a gente tava aonde? Nas catacumbas da igreja, numa quarta-feira, das oito às nove da noite e naquele momento nós éramos exclusivamente de identidade de gênero feminino e era interessante porque participamos daquilo tudo. Numa igreja que agora, naquele momento, vivia uma situação de um projeto libertário. Então quando a categoria discute a sua hegemonia, discute alguns traços, deslocando do fenômeno e focando nas pessoas, isso eu acho complicado. Porque se nós lutamos pelos direitos de todas as pessoas, intransigentemente de todas as pessoas, inclusive quem viola direitos, precisa ser respeitado, porque ele também faz parte de uma realidade sócio histórica. Então quando o quesito é deslocar do fenômeno e entrar na pessoa, isso me incomoda, agora o posicionamento, a transparência, a segurança que a categoria nos dá, porque ela nos dá segurança, nesse aspecto, isso é fantástico, estamos aí juntos” (Entrevistada Amarelo).

Azul, apesar de não exercer a prática profissional do Serviço Social, afirma que se sente sim representada pelo Conjunto CFESS/CRESS:

“Sim eu me sinto representada porque vai contra esta onda que nós estamos vivendo e tem ali uma proposta de romper com a questão da exploração da dominação de classe, de etnia, e de gênero que está muito presente hoje e tá mais firme do que a gente via alguns anos atrás e então é um posicionamento bem firme contra o que está avançando” (Entrevistada Azul).

Este terceiro tópico, inicialmente pode ser interpretado como ingênuo, vez que Conjunto CFESS/CRESS fiscaliza a prática profissional de todos os assistentes sociais brasileiros e espera-se conformidade da categoria com os parâmetros e paradigmas éticos hegemônicos. Todavia, como ilustra Barroco (2005, p. 203), o amadurecimento da intenção de ruptura com o conservadorismo profissional, consolidado na década de 1980, não significa que o conservadorismo e até mesmo o reacionarismo foram erradicados no âmago da profissão. Seria contraditório esperar que o acirramento conservador generalizado experienciado no Brasil não tivesse reflexos diretos na categoria profissional do Serviço Social, acentuando o processo

de disputa pelo projeto profissional dominante, e de quebra, questionando os valores profissionais defendidos pelo CFESS/CRESS. Evidência disso é o crescente movimento ‘Serviço Social Libertário’, que prega o rompimento com a ‘doutrina marxista do Serviço Social’. Portanto, ainda que o Conjunto CFESS/CRESS seja indispensável para a prática regulamentada do assistente social, a entidade se encontra em constante disputa e a verdadeira ingenuidade seria assumir que todos os assistentes sociais se sentem igualmente representados pelos valores éticos dominantes da profissão.

Observamos que no pequeno grupo entrevistado, apesar das críticas acerca da condução da entidade, os assistentes sociais se encontram sim em situação de representatividade. Vermelho e Amarelo foram os entrevistados que mais se mostraram incomodados com elementos específicos da entidade: Vermelho acredita que falta diálogo com a base dos assistentes sociais e proatividade dos conselhos em ocuparem os espaços em que os assistentes sociais se encontram. Ele também aponta que talvez este até seja um fator que permitiu um crescimento do conservadorismo na profissão, pondo em xeque que o ‘Projeto Ético-Político’ precisa ser debatido para ser posto em prática. Já Amarelo acredita que o conjunto profissional, conjuntamente com o conjunto CFESS/CRESS, necessitam rever a mediação de divergências, já que em sua opinião, se deve combater as ideias conservadoras, por exemplo, e não as pessoas que as reproduzem.

Verde, por outro lado, integra o Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, justamente por compreender o importante papel da entidade. Também é interessante analisarmos que Verde possui uma visão diferente de Vermelho sobre o Conjunto, talvez por ter maior acesso aos espaços e eventos fomentados pela entidade, antes mesmo de integrar a gestão eleita este ano. Outro elemento importante a ser debatido é a presença de Verde em demais entidades representativas do Serviço Social (ENESSO e ABEPSS), tendo participado das três importantes entidades do Serviço Social brasileiro. Segundo ela, a possibilidade de ter composto estes espaços foi de suma importância para sua formação permanente, indo além do currículo estudado durante a formação acadêmica e expandindo seu conhecimento sobre as contradições da prática profissional e até mesmo da profissão em si.

Para os entrevistados, o Serviço Social possui sim importante papel de enfrentamento para a conjuntura política que se desenha no Brasil atualmente. Para Azul, a própria luta cotidiana e coletiva dos assistentes sociais, que antes de tudo são trabalhadores, pode significar rompimentos com a conjuntura atual. Ela enfatiza, que apesar da necessidade de adaptação dos profissionais para a adequação à espaços de atuação e a conjuntura, frequentemente hierárquicos, o rompimento previsto pelo Projeto Ético-Político é sim possível.

Vermelho, por sua vez, aponta que o trabalho dos assistentes sociais, especialmente em conjunturas espinhosas como a vivida atualmente, se mostra antagônico e muitas vezes contraditório. Para ele, é necessário entender a luta dos trabalhadores e os assistentes sociais como trabalhadores e fomentadores, simultaneamente, apesar de muitas vezes os campos de trabalhos em que os assistentes sociais exercem sua prática serem planejados para mera execução de políticas sociais cuja finalidade é a contenção das massas. No entanto, em sua opinião, é essencial entender que o engajamento nas lutas e mobilizações sociais só é possível após o suprimento das necessidades básicas dos indivíduos, como o mesmo exemplifica com seu trabalho com a população em situação de rua:

“A gente tem um papel muito importante, só que nosso papel também é meio antagônico, porque um rapaz a gente a gente tem todo nosso Projeto Ético-Político que nos traz né nossa relação com a classe trabalhadora, a luta dos trabalhadores, e ao mesmo tempo somos os trabalhadores assalariados que estão no serviço e sendo trabalhadores com o mesmo processo de exploração e que também tem, às vezes, uma situação de contenção das massas né, a gente tem um papel de impulsionar a luta, mas em algum determinado momento a gente também meio que contém essa luta. E aí eu vejo assim, que é ‘tensão’ é porque a gente tem que garantir primeiro que as pessoas possam acessar seus direitos, acessar os direitos políticos, sociais e econômicos, possa conseguir alcançar autonomia, protagonismo, enfim exercer sua cidadania para que ele possa impulsionar de fato e compor essa luta. Não dá para esperar a luta de um trabalhador que ainda não tem sua necessidade básica sendo suprida. Eu trabalho com a população em situação de rua e por vezes a gente provoca algumas discussões e algumas manifestações, só que evidente que a população que vai tem alguma carência e necessidades básicas, e ela não vai conseguir alcançar essa luta por muito tempo, porque ela às vezes está ali pela alimentação, banho e água, coisa básica assim, e eu acho que a gente precisa ter essa garantia dos trabalhadores, para que a gente possa alcançar uma luta maior e aí um despertar de consciência da população. Então nós temos papel muito importante, nosso papel é de provocar a tomada de consciência e provocar também essa tomada de consciência da população que a gente atende, principalmente, e a gente poder compor esse enfrentamento, uma análise mais crítica da sociedade, despertar esse olhar mais crítico da sociedade que a gente vive, que todos nós vivemos. Um exemplo que a gente tem aí, esse benefício emergencial⁶, é destinado a população nesse período, mas a própria população às vezes ainda tem olhar de quê paternalista; é do governo para gente mas não tenho análise mais crítica de fato, ele tá fazendo nada mais que o papel dele? Não tá fazendo benefício nenhum, os impostos que pagamos, é o mínimo que ele poderia estar fazendo, garantido de fato que a população possa não se tornar mais pauperizada, com desemprego e enfim, tudo mais. Então a gente tem um papel muito importante, nosso papel é importante. Enquanto o capitalismo prevalecer, enquanto vai se levar essa desigualdade social, a miséria, a luta de classes, a gente assina um papel importantíssimo e junto com outras categorias, que também tem toda a luta democrática e também tem um posicionamento teórico democrático, e a gente tem que compor essas lutas com todos e é bacana que nosso código de ética trás disso também” (Entrevistado Vermelho).

⁶ Vermelho se refere ao Auxílio Emergencial concedido pelo Governo Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal para os trabalhadores informais e desempregados afetados pela instabilidade econômica agravada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19). O Auxílio Emergencial de R\$600,00 inicialmente havia sido vetado pelo presidente da república, que propôs o valor de R\$200,00, mas após pressão da Câmara dos Deputados, o valor foi aprovado. A primeira parcela foi paga à população a partir de abril de 2020.

Verde concorda que o Serviço Social tem sim importante papel de enfrentamento, justamente por uma profissão inserida nos diferentes espaços ocupados pela classe trabalhadora, estando assim os assistentes sociais, cientes e presentes nas diversas contradições experienciadas:

“Sim, sem sombra de dúvida sim. Muitos papéis, algum papel. Os diversos espaços sócio ocupacionais né que a gente está ali ocupando e nós enquanto profissão temos particularidades que outras profissões não tem né, então a gente tem um acesso junto à classe trabalhadora em diversos contextos, diversos territórios, diversas políticas, que nem uma outra profissão tem. E aí eu penso que é isso, que a partir desse fazer profissional desse profissional que tá lá... que é isso também, aquele profissional que tá lá mas quais são as condições que ele tá, concretos, aquele sujeito é, enquanto trabalhador naquele espaço lhe permite. Mas eu penso que sim, é uma afirmação que eu faço com muita tranquilidade, que a gente tem contribuído e a história também vai demonstrar isso né, O Serviço Social está engajado enquanto profissão em várias frentes de defesa, seja no âmbito da Saúde, seja no âmbito da assistência, e não é mais nem desmonte, a gente tem falado que é destruição dos direitos sociais né, então o próprio SUS, Sistema Único de Saúde, mas o SUAS também, que ainda estava ali naquele período de implementação, de expansão e aí quando vem esse momento mais denso dessa disputa mesmo de sociedade, de projeto societário, a gente vai aí sofrendo perdas históricas, enquanto classe trabalhadora. E aí é uma questão ‘e agora, e agora como que faz?’ Porque reconhecer essas perdas também nos ajuda a pensar formas, estratégias de como então nós, e não é ‘nós’ enquanto profissão, no meu entendimento é ‘nós’ enquanto classe trabalhadora, como que vamos? Vamos com quem? Porque é isso também... E aí eu trago né porque isso, nas atividades e os espaços que a gente participa vai nos dando elementos, vai nos dando condições de pensar o nosso fazer profissional numa outra perspectiva do que aquilo que tá colocado e aí a gente vai-se forjando diariamente no nosso exercício, nosso fazer é o que tá colocado, mas o que mais que a gente poderia pensar então se não é aqui, mas para fora disso? ” (Entrevistado Verde).

Amarelo, se propondo a investigar mais a fundo sobre os eventuais enfrentamentos à conjuntura brasileira, se dispõe a observar e compartilhar suas inquietações com as contradições que não são necessariamente recentes, mas sim inerentes ao andamento do que se compreende como *público*:

“Olha, em momento algum eu entendo que nós podemos, enquanto classe trabalhadora e assistentes sociais, desconsiderar todo esse movimento de precarização, de exploração do trabalho. Porque se nós fizermos isso, acho que a gente vai ter que rever a nossa profissão e aí não é a categoria que tem que fazer; é a minha escolha. Então se eu escolhi ser assistente social, eu escolhi porque eu acredito na potência desse ser humano, mas esse ser humano, ele tem uma relação coletiva com o social. Então a minha leitura tem que ser como assistente social em cima da realidade. Nós não temos um desmonte; apesar da gente ter idas e vindas, nós nunca tivemos a implementação total da política pública. Essa é a verdade, é um processo. Nós sabemos que a Constituição Federal nos dá a legitimidade, enquanto norma, enquanto regra, mas também sabemos que se a gente pegar a Política de Assistência Social... 1988, Constituição Federal, tripé da seguridade social, Política de Assistência Social. Passam-se cinco anos pra gente ter a Lei Orgânica da Assistência Social e depois passam-se mais doze anos, porque foi de 1993 até 2005 para se ter a Política Nacional de Assistência Social, para só em 2011 a gente legitimar isso como Lei Orgânica da Assistência Social. Então o processo da política, ele é um processo lento e existe tanta contradição nisso...nós temos uma companheira que ela fala assim “Às vezes a contradição nos permite ver que não é contraditório

mesmo”. Então, contraditoriamente, quem sustenta a mínima proteção social, é o terceiro setor, e isso é inegável. E é inegável que é o terceiro setor que abre portas hoje para uma grande massa de assistentes sociais que trabalham, não é o poder público que a gente está inserida em nossa totalidade. Se você olhar aqui em Campinas, quantas Assistentes Sociais são Assistentes Sociais públicas e quantas são privadas, se depara só no fato de 95% da política social ser executada, infelizmente, executada pelo terceiro setor, ou seja, de forma privatizada, e o que é pior, terceirizada. Porque ao mesmo tempo que nos abre a proteção social, porque tem a diretriz do Estado, nos abre também um espaço que nós nunca conseguimos o direito previsto pela NOB SUAS-RH⁷, de 2005. Nós nunca tivemos de fato equidade nos nossos salários. Então assim a exploração é amanhã porque veja: os assistentes sociais das equipes monitoram o serviço privado, eles não monitoram serviço público. Então eles desqualificam o nosso serviço, mas não desqualificam o próprio serviço deles? Então realmente é muito contraditório isso, mas a todo e qualquer custo, representando-nos nos conselhos, estamos ali tentando fortalecer a máxima ideia pela não privatização. E ontem à noite quando ele sabendo do Decreto, eu falei que esse homem que se chama de presidente da república ainda vai me matar porque é muito susto, não é possível um negócio desse, em que a gente passa por um momento de possibilidade da terceirização do SUS, o quinto maior serviço público de saúde do mundo, que eles querem privatizar. Isso já é plataforma de governo, então assim existe um posicionamento muito claro da categoria profissional e que eu compartilho em grau, gênero e número, mas não podemos desmerecer que o terceiro setor ocupa uma contramão contraditória e atende uma população que está completamente abandonada, porque nós falamos muito de classe trabalhadora mas hoje a população atendida em mas pelas SUAS e pelo SUS, ela é classe trabalhadora mas ela está completamente distanciada da sua possibilidade de exercer o seu papel de classe trabalhadora, então isso é gravíssimo mas é contraditório e nós nunca devemos, eu espero que a gente nunca deixe de resistir, de insistir, de reivindicar e de lutar” (Entrevistada Amarelo).

As mais recentes crises sistêmicas do capitalismo têm afetado a América Latina brutalmente; invariavelmente, é o terceiro mundo e os países subdesenvolvidos que sofrem as mais árduas consequências das contradições capitalistas. Os impactos econômicos no primeiro mundo são, como se observa historicamente, repassados para os trabalhadores latino-americanos, asiáticos e africanos, e não foi diferente na quadra que se desdobra no século XXI. Se faz necessária a menção deste processo, vez que conjuntamente com o declínio das condições de trabalho, redução do poder de consumo, aumento do desemprego, redução do orçamento público para as políticas sociais, a ideologia burguesa acirra seu reacionarismo, exacerbando o conservadorismo como tentativa ignóbil de reduzir as eventuais manifestações sociais e rebeldia anticapitalista. Invariavelmente, os elementos e forças que modificam a sociedade brasileira também afetam diretamente o trabalho do assistente social, o tornando ainda mais precário, vez que estes profissionais lidam com redução orçamentária das políticas em que estão inseridos, aumento da pauperização da população atendida (e até mesmo da própria categoria), endurecimento dos dogmas e preconceitos que dificultam sua tarefa de dialogar sobre as

⁷ Amarelo aqui se refere à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, emitida em dezembro de 2006 pelo Conselho Nacional de Assistência Social. A NOB RH-SUAS é um documento que estipula e assegura as diretrizes para gestão dos trabalhadores inseridos na Política Nacional de Assistência Social.

‘expressões da questão social’ com a população atendida, além de acentuar manifestações de violência.

No entanto, é necessário enfatizar que até mesmo esta breve análise aqui apresentada é impassível de neutralidade e apresenta leituras consolidadas pelo ‘Serviço Social Crítico’ e é passível de discordâncias entre a categoria. Justamente nessa margem de discordância ético-política que a quarta pergunta buscava encontrar elementos discrepantes. Felizmente, o grupo de assistentes sociais entrevistados apresentaram concordância: o Serviço Social tem importante papel de enfrentamento para o avanço do conservadorismo, reacionarismo e pauperização na sociedade brasileira. Nunca é demais afirmar que a categoria profissional de assistentes sociais se insere como *uma* profissão dentro de uma classe trabalhadora gigantesca, plural, com inúmeras ocupações, vetores de opressão e níveis de acesso à escolaridade. Se faz necessário reiterar isto como clara tentativa de distanciar a concepção de um assistente social messiânico: a categoria profissional tem sim importante papel junto da classe trabalhadora, seja para assegurar o acesso de sua classe a condições mínimas de sobrevivência, como afirma Vermelho, seja como contribuinte para tomada de consciência, como afirma Amarelo, mas ela não determina e nem resume a classe em si.

Ao serem questionados sobre o que compreendiam como ‘Movimento Socialista’, Verde demonstrou certo incômodo, apesar de concordar com Vermelho, Amarelo e Azul que o Movimento Socialista tem importante papel como resistência ao capitalismo e proposição de mudança societária. Vermelho, pronta e voluntariamente se dedicou não apenas em defini-lo, com suas próprias palavras, mas também em traçar as similaridades entre o Movimento Socialista e a Ordem Societária proposta coletivamente pelo Projeto Ético-Político. Para Vermelho, o projeto societário defendido pelo Projeto Ético-Político, ainda que não definido abertamente assim, se trata da defesa de uma sociedade socialista, vez que são os fundamentos socialistas que ancoram a leitura da sociedade pelo corpo profissional do Serviço Social:

“Por mais que não esteja claro aqui que nosso projeto societário é o Socialismo, não vem claro isso né, mas ele traz leitura socialista da nossa construção. Se a gente for poder fazer referências né, da nossa construção o socialismo seria baseado na superação da classe social né, que assim o Marx enxergava que a sociedade é dividida em duas classes sociais, os trabalhadores e a burguesa e a proposta socialista seria a proposta de superar classe social, então tem mudança no modo de produção e superação da operação da classe social e aí também quando a gente traz a leitura aqui de exploração né de não aceitar essa situação de exploração de classe entre a gente. A gente também traz essa leitura, que essa exploração também da classe não passou e também suprimiria isso, essa exploração. Enfim uma outra forma de sociedade que eu não posso te falar assim como seria, a gente só tem a leitura de referência, mas assim essa proposta socialista como o Marx também escreveu ela ainda não aconteceu, tivemos alguns modelos, mas a fundo ela não se deu de fato ainda, então é algo em

construção e que a gente fala de socialismo, mas na nossa ideia, a princípio, podia ser outro tipo de ordem societária” (Entrevistado Vermelho).

Azul aponta que, em sua opinião, o socialismo defendido pelo Movimento Socialista exemplifica o que ela acredita ser o sistema ideal para se viver, pela questão da distribuição da riqueza socialmente produzida, maior participação política e ausência da divisão de classes. Ela continua, mencionando que a abolição da detenção dos meios de produção por um grupo seletivo culminaria na origem do novo paradigma, da vida acima do lucro e redução da pauperização, do desemprego e da exploração e dominação de classe, graças a distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida.

Verde, ao refletir sobre sua compreensão acerca do Movimento Socialista, inevitavelmente o vincula à compreensão político-partidária, além de buscar conceituar que movimentos sociais vão para a além da prática partidária:

“Primeiro eu digo assim, eu coloco, que quanto mais a gente vai participando, quanto mais a gente vai lendo, mais vamos tendo uma necessidade, vamos percebendo o quão limitado é o nosso conhecimento, de quanto que a gente precisa tá buscando. Eu particularmente, hoje não tenho nenhum vínculo, vamos dizer, no âmbito burocrático, como por exemplo com partido político, ou algum movimento em si. Eu milito no movimento que é da área da saúde, um fórum, o Fórum de Defesa da Saúde da População Negra, aqui no município de São Paulo, que a gente chama de aliança, Aliança pró-saúde da população negra. É o resultado de uma busca que eu fiz também no período ali no final da graduação, de grupos, espaços que discutiam a saúde da perspectiva da população negra mesmo. E aí eu chego na aliança e desde então permaneço, não saí mais. Falar de grupos societários também fala um pouco desses espaços, né? De militantes de movimentos sociais, mas também de partidos políticos, porque é isso política, tudo é político, no sentido de que é ela não por si, mas é por meio dela também que a gente vai conseguir efetivar essa outra ordem societária. O que eu entendo do movimento socialista...dos movimentos que se colocam na trincheira mesmo, na luta enquanto classe trabalhadora para além da questão colocada, por exemplo, pelo Direito positivista sabe? Que é o que tá colocado que a gente fala ‘ah mas tem a constituição né então o movimento social é para efetivar o direito né’, mas direito para quem? Direito na perspectiva de quem? Quem construiu essa construiu essa perspectiva de direito que a gente tem hoje? Mas acho que é uma discussão densa. Tenho muita tranquilidade em dizer que tenho pouco acúmulo nesse sentido” (Entrevistado Verde).

Amarelo conceitua sua resposta de forma diferente: ao invés de buscar descrever o que entende como ‘Movimento Socialista’, ela discorre acerca de socialismo, especialmente colocando-o como uma diferente possibilidade de interpretação de mundo:

“Então, eu acho que a gente precisa tomar muito cuidado, porque a gente tem uma inexperiência. Quando nós vamos fazer os nossos estudos, a gente perpassa por uma ideia de comunismo que é completamente errada e equivocada, transviada, que não tem nada a ver. E aí eu trago aqui em baila, o Manifesto Comunista, de Marx, e é aquilo que me sustenta na ideia de socialismo, apesar de estar escrito Manifesto Comunista. A ideia de socialismo para mim, ela hoje ela vem passando não só por um projeto profissional, mas também com projeto de vida pessoal. Ainda que todas as forças sejam contrárias, eu me reconheço como indivíduo, como trabalhadora,

como um ser coletivo; eu faço parte de um tecido social. E me reconheço nesse tecido social como alguém como corresponsável por esse processo. E porquê corresponsável: porque daqui alguns dias nós vamos votar para prefeito e não importa se o meu voto vai ser o vencedor, mas ele não pode ser um voto útil, ele tem que ser um voto intransigentemente a partir de uma análise, não pelo menos ruim, nem pelo menos pior, mas por aquele que possa representar essa coletividade, porque não existe ética se não existe moral e não existe moral se existe valor, se não existem princípios que norteiam a nossa relação. Nós precisamos aprender a nos conectarmos com os outros e nós precisamos aprender que esse sistema vil do capitalismo nos mostra, nos impõe necessidades e sentimentos que não são nossos, que são plantados por uma arte social. Nós estamos enganados, nós às vezes perdemos a nossa liberdade de escolha por uma imposição de uma marca, por uma imposição de uma comida que nos mata, de uma marca que nos faz fazer uma seleção pela nossa própria morte. Então isso tudo para mim, esse reconhecimento da liberdade, mas uma liberdade que não termina quando começa a do outro, mas uma liberdade que se constrói a partir da escuta humana de todos os aspectos. O respeito para não ganhar no grito. Apesar de nós sermos assistentes sociais e gritamos muito, e que continuamos gritando, há de que se saber que nós temos que aprender a ouvir. Essa necessidade, a necessidade do outro, ela tem uma história, que eu não posso tentar. Então não é possível nós ainda não termos atendimento para violentadores. Não é possível nós acharmos que uma pessoa tem que ficar presa para o resto da vida, não é possível nós aceitarmos uma cadeia e cabe oitocentos presos e ela tem dois mil e quinhentos. Não é possível eu achar que eu posso comer arroz, feijão, legumes, frutas, cereais e o outro deve comer aqui no que ele é capaz meritocraticamente de ter, simplesmente ter, conquistar. Então isso não cabe mais a mim; é essa minha visão de socialismo hoje. Para mim, ela supera tudo aquilo, tá na hora da gente acordar e dizer ‘mundo nós estamos todos na mesma’ é o mesmo tecido social. E poucos de nós talvez vejam essa mudança, mas nós todos temos que insistir porque eu espero deixar esse legado né, para todas as pessoas com as quais eu convivo. A certeza de que essas flores devem estar aqui, o sol deve brilhar, as estrelas devem brilhar, só que para todos. Quando for só para uma minoria, ou para os que tenham o mesmo ideal que eu, eu já tô rompendo com os direitos, então tem que ser para todos. E que sejamos um dia capaz de dialogar sobre as nossas diversidades” (Entrevistada Amarelo).

O Século XX foi marcado pela grande vitória e grande derrota da classe trabalhadora organizada no movimento socialista e é impossível contornar e erradicar a Revolução Russa, Revolução Cubana e Revolução Vietnamita, louros do movimento internacional comunista e propagadores do movimento socialista, da história da humanidade, especialmente naquilo que se entende como *resistência anticapitalista*. Todavia, o que se pretende discutir aqui é: qual a apreensão desta profissão que prega valores tão próximos dos valores revolucionários socialistas pelo seu semelhante? Teriam os assistentes sociais ciência desta semelhança, desconhecimento ou até mesmo repulsa?

Na finalidade de buscar respostas a essa dúvida, introduziu-se a quinta e última pergunta aos entrevistados. As respostas obtidas revelam que de fato, a apreensão do movimento socialista e seus fundamentos está aquém do desejado, todavia, é interessante observar, especialmente no que afirma Vermelho, que a ‘nova ordem societária’ proposta pelo Serviço Social é, em sua concepção, o socialismo, e que ele se identifica com essa proposta. Azul também tem certa similaridade, vez que afirma que o socialismo seria, em sua concepção, um sistema ideal para se viver, livre de classes sociais, expropriação, dominação e desigualdade.

Verde mostrou nítido desconforto, tentando desvincular a ideia de que ‘movimentos societários’ são necessariamente vinculados ao socialismo, apesar de considerar sim este como um movimento que ela intitula de ‘societário’, assim como a ideia de que o principal lócus do socialismo é na política partidária. Amarelo também mostrou outra preocupação: colocar o socialismo como uma outra possibilidade de mundo, que ancora um projeto profissional, mas também pessoal. É interessante de se observar que Amarelo em momento algum explicitou que o projeto profissional do Serviço Social é socialista, mas ao responder colocando como ‘não apenas um projeto profissional’, é possível que a entrevistada faça essa conexão, definindo-o de fato como um projeto profissional socialista. Também é interesse de se observar que Vermelho e Amarelo tiveram como objetivo tentar conectar esta pergunta final ao Projeto Ético-Político para debaterem sobre ética e o Serviço Social, o que é justamente o objetivo deste trabalho como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, cujos valores se concretizam no Código de Ética do Assistente Social de 1993, é um elemento de difícil estudo e análise. Sua natureza é dialética, não apenas por adotar o materialismo histórico dialético como método de análise e apreensão da realidade social, mas também por caracterizar um projeto profissional de uma categoria que se insere nas contradições de uma sociedade que a própria profissão busca intervir para transformá-la. Em movimento desde sua gênese, o Projeto Ético-Político não oferece respostas prontas: aponta a direção de negação desta sociedade bárbara, mas não define a fórmula a ser seguida para a construção de uma nova sociedade, e nem mesmo o poderia: este desafio não cabe nas mãos dos assistentes sociais brasileiros, vez que é o futuro de toda a humanidade, em suas mais variadas subjetividades e contradições históricas. Porém, o Projeto Ético-Político aponta sim qual o ‘início do fio da meada’: se este mundo é produzido por trabalhadores e é no estômago destes em que arde a fome, serão justamente esses os responsáveis por lapidar o novo mundo, em seus próprios termos e para supressão de suas próprias necessidades.

Seria um erro crasso de análise acreditar que as contradições da sociedade capitalista não refletem nos assistentes sociais brasileiros. Desde sua inserção como trabalhadores assalariados até a disputa de valores éticos e morais que consolidam a dualidade de projetos societários, os assistentes sociais são atravessados pela sociabilidade burguesa imposta pela ordem capitalista. Entretanto, igualmente importante a este reconhecimento, há também o enfrentamento, marcado por um processo infundável de intenção de ruptura com o conservadorismo e com a ordem capitalista.

Em voga desde a década de 1970, o início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social oriundo de uma conjuntura muito diferente da desenhada atualmente: o processo revolucionário cubano, responsável por destituir a autocracia burguesa encabeçada por Fulgêncio Batista e implantar um Estado socialista, reverbera em toda a América Latina, acentuando tensões já existentes e reiterando o movimento organizado dos trabalhadores em prol da construção de uma sociabilidade socialista - o movimento socialista - como uma alternativa mais que concreta para o terceiro mundo, tornando-se mais que apenas um sonho de um amanhã menos desigual; e o reacionarismo das potências capitalistas, que em tentativa de barrar a expansão do socialismo, financiava e incentivava a instauração de regimes autocráticos-burgueses na América Latina, como no Brasil, em 1964, na Argentina, em 1966, no Chile, em 1973.

Ao passo em que os assistentes sociais brasileiros crescem em quantidade, na tentativa do Estado autocrático cívico-militar de suprimir demandas da classe trabalhadora por intermédio de políticas públicas nas quais os assistentes sociais eram os executores terminais, no âmago da categoria profissional, as contradições capitalistas se tornam ainda mais expostas e evidentes.

Se o Serviço Social Brasileiro observava uma acentuação da complexidade e demanda profissional, este fenômeno ocorria justamente pelo Brasil apresentar novos elementos que corroboraram para a complexificação da conjuntura: a autocracia burguesa se mostrava incapaz de suprimir as demandas sociais emergentes, ainda que a censura e violência institucional tivesse papel importante de repressão. Os valores profissionais tradicionais, quando comparados à complexidade encarada na realidade social intervinda, falharam em justificar a intervenção profissional.

Os assistentes sociais entrevistados nesta monografia não apresentaram elementos destoantes acerca da assimilação do projeto profissional que baliza sua prática profissional. Todavia, deve-se ressaltar que a concordância com o ‘Projeto Ético-Político’, Conjunto CFESS/CRESS ou Código de Ética do Assistente Social de 1993 não significa, necessariamente, ausência de críticas, como os próprios entrevistados apontaram. O temor de uma alavancada conservadora rumo à destruição do projeto profissional no âmago do corpo profissional do Serviço Social não pode ser combatido com a estagnação do debate ético-político, visando a redução de riscos: compreender a natureza dialética do Projeto Ético-Político significa entender que nada está parado e que as mudanças conjunturais demandam novas táticas e não apego à trajetórias que foram efetivos outrora. É necessário rigor teórico e ético, mas compreender que estes não devem se pautar apenas na nostalgia: é necessário avançar, encontrando novas formas de diálogo com o corpo profissional e a população usuária e novas táticas de mobilização.

O fervor político interno e externo que apresentaram e fomentaram a revisão ética-política da profissão e culminaram no ‘Projeto Ético-Político’ do Serviço Social Brasileiro se modificaram com o passar das décadas; os elementos políticos do Brasil de 2020 são muito diferentes dos que se apresentavam na segunda metade do século XX. A estratégia deste projeto profissional ainda é visionária, ousando criar um horizonte *utópico*, aglutinando centenas de milhares de assistentes sociais como base para a real mudança societária, entretanto ainda resta o desafio de manter este projeto profissional em voga. E este desafio vem permeado com uma batalha igualmente árdua: como reverter o crescente conservadorismo, que não há muito oferece riscos à hegemonia do ‘Projeto Ético-Político’?

Certamente, não se pode elucidar a defesa das classes trabalhadoras com valores anticomunistas, considerando que historicamente este movimento nasce justamente da defesa desta classe. Novamente, isto não significa assumir valores socialistas ou comunistas para a intervenção profissional ou posicionamentos pessoais; significa compreender a dualidade da disputa política que se trava na sociedade capitalista e repercute no Serviço Social brasileiro, ao passo que se apreende a construção histórica dos valores profissionais anticapitalistas. Parafraseando Lênin, enfraquecer ou se distanciar do projeto societário socialista significa se aproximar do projeto societário capitalista.

O Movimento Socialista, no século XXI, não ostenta a mesma potência que outrora. A derrota da União Soviética no início da década de 1990 não representou apenas o desmantelamento do que se aponta como ‘bloco soviético’; representa a derrota do projeto anticapitalista, com exceção de experiências socialistas que perduram - como Cuba, e o avanço do neoliberalismo. Ainda que o Movimento Socialista caminhe para sua reorganização, o imperialismo, junto de seus valores anticomunistas, ainda estende seus tentáculos com o mesmo vigor que outrora, como afirma Vijay Prashad em entrevista concedida à Revista Ópera (2020):

Então o que é o imperialismo? É a manutenção de uma ordem que beneficia uma minoria da população mundial, que garante que produtos produzidos e trabalhados nas regiões tropicais do mundo são mantidos a preços mais baixos, de forma que as corporações transnacionais continuam a ter lucros fabulosos. Isso é o imperialismo; é uma coisa relativamente simples. Uma pessoa comum, com bom senso e sensível, que se pergunte sobre as razões pelas quais os Estados Unidos querem derrubar o governo venezuelano, muito rapidamente teria de aceitar essa visão de que se tratam de recursos e de prevenir que um exemplo alternativo emergja (MARIN; PRASHAD, 2020).

A história se repete como farsa: o Brasil, em conjunto com a América Latina, testemunha os interesses imperialistas se adensarem, em resposta à crise sistêmica intensa do capitalismo, iniciada em 2008. Novamente observa-se a intervenção direta ou indireta das potências capitalistas através de golpes de Estado, como o ocorrido na Bolívia em 2019, tentativas incessantes de intervenção, como a que ocorre há anos na Venezuela ou até mesmo a intervenção dentro do limite legalista, como a que ocorreu no Brasil em 2016, travestida de legalidade, mas distante da neutralidade. Não obstante, o Serviço Social Brasileiro tem respostas a encontrar, numa dualidade amarga entre entregar toda sua construção histórica e fadar-se ao retorno de uma prática profissional limitada às grades institucionais; ou radicalizar-se, encontrando respostas em sua própria história e com a maturidade de distinguir a barbárie de seu projeto societário alternativo ao capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/t5.pdf>> Acesso em 16/04/2020.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Cortez. 2005.

BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). In: **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: URFJ. 2º Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 136 - 150.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 05/11/2019

CARLOS, Ana Claudia Storchi. Serviço Social e Sindicalismo: uma análise da organização político-sindical dos assistentes sociais. In: **Anais III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis: USFC. 2019.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. Org: Jorge Duarte; Antônio Barros. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: perspectivas**. Petrópolis: Vozes. p.34 apud SILVA, Sandro Ramon da. **Teologia da Libertação: Revolução e Reação interiorizadas na Igreja**. Dissertação para obtenção do título de mestre em História Contemporânea, Centro de Estudos gerais. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2006.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução de Leo Vinicius Liberato. Prefácio de Silvio Almeida - São Paulo: Veneta. 2019.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, L. L. Entrevista de memória com Leila Lima Santos. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. In: **Revista em Pauta**, nº 20. Rio de Janeiro: FASS/UERJ Revista Em Pauta, 2007, p.163-179

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer? A organização como sujeito político**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LÖWY, Michel. **O que é Cristianismo da Libertação?** Religião e política na América Latina. 2 ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular. 2016.

MARIN, Pedro; PRASHAD, Vijay. **Vijay Prashad: Imaginar que o Imperialismo Não existe é Um Luxo**. Mídia Digital: Revista Opera .28 de agosto 2020. Disponível em: <<https://revistaopera.com.br/2020/08/28/vijay-prashad-imaginar-que-o-imperialismo-nao-existe-e-um-luxo/>> Acesso em: 30/11/2020.

MARINI, Ruy Mauro. A Dialética Do Desenvolvimento Capitalista No Brasil. In: **Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Editorial Vesper. 1971. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1985/mes/Dialetica-do-desenvolvimento-capitalista-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 31/10/2020

_____, Ruy Mauro. *Intervención en el debate sobre “La cuestión del fascismo en América Latina”, realizado en el Seminario Permanente sobre América Latina (SEPLA), México, el 20 de julio de 1978*. In: **Cuadernos políticos n. 18**, Ediciones Era, México, octubre-diciembre, 1978, pp. 21-29. Tradução de Alex Agra Ramos. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1978/07/20.htm>> Acesso em: 25/11/2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. (1845-1846). São Paulo: Boitempo. 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**. Brasília, n.3, p. 41-49, jan/jul, 2001.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. Disponível em: <https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf> Acesso em: 15/06/2020

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil. In: **A História do Marxismo no Brasil**. v. 4. 2ª Ed. Org. João Quartim de Moraes. Campinas: Editora da UNICAMP. 2007.

SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. In: **Revista Tempo**. vol.14 nº.27. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a13v1427.pdf>> Acesso em 02/11/2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez Editora. 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: resistência e emancipação? Tese (Pós-Docência em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, **Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho**, Franca. 2010. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ycl8u72g>> Acesso em: 15/06/2020.

SILVA, Marcela Amorim da; SOUZA, Natália Alves de Sousa. Organização Político-sindical Dos Assistentes Sociais No Brasil Contemporâneo. In: **Anais da I Semana de Economia Política UFC-UECE**. 2013. Disponível em: <<https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/01/marcela-amorim-da-silva-a-organizac3a7c3a3o-polc3adtico-sindical-dos-assistentes-sociais-no-brasil-contemporc3a2neo-gt2.pdf>> Acesso em: 01/10/2020.

STALIN, Josef. Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico. In: **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Edições Horizonte. 1945.
Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>>.
Acesso em: 05/08/2020

ANEXOS

ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante:

Meu nome é **Gabriela Ramos Brito** e sou estudante do curso de Serviço Social da **Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora **Dra. Martha Coelho de Souza**, cujo objetivo é **analisar a influência do movimento socialista para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Sua participação envolve uma **entrevista**. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, as identidades que vierem a surgir, diante do seu relato, serão mantidas no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificar usuários e equipes que atenderam os casos trazidos na entrevista.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do e-mail **gabriela.brito.2007@gmail.com**

Atenciosamente,

Campinas, _____ de _____ de 2020

Gabriela Ramos Brito

Matrícula: **17754623**

Martha Coelho de Souza

Professora Orientadora

Consinto em participar deste estudo e na sua publicação e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Entrevistado(a)

_____, ____ de _____ de 2020.

ANEXO B: Roteiro das Entrevistas Semi-Abertas

- 1) O que você compreende por ‘Projeto Ético-Político’?**
- 2) Como você vê os atuais posicionamentos políticos da categoria?**
- 3) Você se sente representado pelo Conjunto CFESS/CRESS?**
- 4) Na sua opinião, o Serviço Social possui algum papel de enfrentamento na atual conjuntura?**
- 5) O que você entende por ‘Movimento Socialista’?**